LEVÍTICO

VOLTAR

Introdução
Plano do Livro

Capítulo 1	Capítulo 8	Capítulo 15	Capítulo 22
Capítulo 2	Capítulo 9	Capítulo 16	Capítulo 23
Capítulo 3	Capítulo 10	Capítulo 17	Capítulo 24
Capítulo 4	Capítulo 11	Capítulo 18	Capítulo 25
Capítulo 5	Capítulo 12	Capítulo 19	Capítulo 26
Capítulo 6	Capítulo 13	Capítulo 20	Capítulo 27
Capítulo 7	Capítulo 14	Capítulo 21	

INTRODUÇÃO

I. TÍTULO E CARACTERÍSTICAS

O Levítico é o terceiro dos cinco livros que compõem a "Lei" de Moisés. Contêm dez das cinqüenta a quatro secções em que se dividia o Pentateuco para a leitura anual da Lei na Sinagoga. Os judeus conheciam-no pelo nome de **Wayyiqra**, utilizando a frase inicial do primeiro versículo: "E chamou". O nome de Levítico foi adotado pela tradução grega da Septuaginta, baseando-se no fato de quase todos os sacerdotes serem levitas, ou seja, membros da tribo de Levi.

O livro destina-se especialmente aos sacerdotes, donde a freqüente alusão a Arão e a seus filhos. Os Levitas são mencionados apenas num curto texto (25.32 e segs.). Mas, tratando-se dum manual para os sacerdotes, convém frisar que muitas das leis são precedidas da frase: "Fala aos filhos de Israel". É porque estas leis, muitas delas exigindo a mediação dos sacerdotes, se dirigiam diretamente ao povo, formando parte daquela Lei que no fim de contas pedia aos sacerdotes a responsabilidade sobre aquilo que ensinaram ao povo (Dt 31.9; 33.10; Ne 8). Não se trata, pois, dum livro esotérico. Apenas se esperava dos

sacerdotes que cumprissem devidamente a sua missão naquele serviço do santuário, que tanta importância tinha para cada verdadeiro israelita.

II. O PANO DE FUNDO

O lugar e altura em que estas leis foram promulgadas é bem definido, sendo durante a permanência no monte Sinai (7.38; 25.1; 26.46; 27.34), que durou até o "vigésimo dia do segundo mês do ano" (Nm 10.11). A afirmação do versículo 1 supõe a construção do Tabernáculo, que Êx 40 acabava de descrever. A alusão ao oitavo dia (9.1) deve referir-se ao dia seguinte aos sete dias da consagração de Arão e de seus filhos (8.33), em princípio contados a partir da montagem do Tabernáculo no primeiro dia do primeiro mês (Êx 40.2). Seguiu-se logo o pecado de Nadabe e Abiú (10.1-2). As palavras "E fez Arão como o Senhor ordenara a Moisés" (16.34), com que termina o ritual do dia da expiação, são duma certa importância, porque indicam que o próprio Arão executou este ritual de expiação por todo o povo, o que significa que aqui foi adicionada à Lei a relação da sua primeira observância, realizada quase cinco meses depois da partida do Sinai. Saliente-se ainda que em 23.44 se faz esta afirmação: "Assim pronunciou Moisés as solenidades do Senhor aos filhos de Israel". Finalmente é de notar que a libertação do Egito vem representada como um conhecimento pessoal (cf. 11.45 e 18.3 com 26.45) e que a posse da terra se considera ainda futura (14.34; 19.23; 23.10; 25.2).

III. O AUTOR

Nenhuma alusão se faz no livro a qualquer espécie de ordem para se escreverem as leis que nele se encontram. Mas várias vezes se afirma que essas leis foram promulgadas através de Moisés, e cerca de trinta vezes deparamos com esta frase: "E falou o Senhor a Moisés". Pelo menos, começam assim vinte dos vinte e sete capítulos deste livro. O nome de Arão anda por vezes ligado ao de Moisés (11.1; 14.33; 15.1), sendo que uma única vez aparece isolado (10.8). Em face, pois, dos textos de Êxodo, de

Números e de Deuteronômio, relativos à ordem para se escreverem os mandamentos confiados a Moisés (Êx 24.4-7), podemos concluir que essas instruções, de tanta importância para a felicidade e salvação do Povo de Deus, muitas delas até tão minuciosas que dificilmente se recordariam, foram, sem dúvida, escritas pelo próprio Moisés, ou então por alguém que o fizesse sob a superior orientação do mesmo.

IV. FINALIDADE E APLICAÇÃO

A finalidade imediata e direta deste livro só pode ser a de dar a conhecer os princípios e as leis por que se regia o Povo escolhido, cujo Deus era um Deus santo, e que exigia que o Seu Povo fosse santo também. "Sereis santos, porque Eu Sou santo" - é a ordem que vem de cima (11.44). O santuário de Deus está no meio do povo, para que, prestando-lhe culto ali, saibam que se encontram "perante o Senhor". (Cerca de 60 vezes lemos esta frase no Levítico). Exige-se, porém, a separação de toda a impureza e de todo o pecado. Mas como a natureza humana é pecaminosa e inclinada a pecar, há que recorrer à expiação pelo pecado e à purificação de toda a impureza. É por isso que logo de início se faz alusão à lei do sacrifício.

São numerosas e variadas as leis de Levítico: umas gerais, outras específicas; umas rituais, outras morais; severas umas e suaves outras. Todavia, no fundo tendem a separar Israel das outras nações, reservando-o para o serviço de Deus, que fez dele o Seu Povo ao libertá-lo da escravidão dos egípcios. Enquanto forem puramente rituais, estas leis são provisórias e obrigatórias apenas na dispensação de Moisés, à qual pertencem. Mas tiveram uma referência direta a Israel como nação, que ia ser governada em todos os aspectos da sua vida nacional e individual apenas pela Lei de Moisés. Neste sentido rigorosamente histórico, podemos dizer que o Levítico tem o seu interesse para todo o leitor cristão, pois lhe fala do modo como Deus tratou o Seu Povo, quando "na menoridade" ainda, necessitava de instrução e preparação. De resto, muitas das leis, as dietéticas por exemplo, envolviam princípios de

higiene, que ainda hoje têm valor. É o caso da utilização da carne de porco, nem sempre aconselhável. Para o conselho do Novo Testamento, cf. 1Co 10.31; Rm 14.20. Se considerarmos as leis morais, não há dúvida que estas leis são de caráter permanente. Tanto ao Cristão como ao Judeu da atualidade, com as suas tendências para o mal e para a infração da Lei de Deus expressa no Decálogo, se exige inteira obediência à Lei moral de Deus, tal como outrora se pedia ao Povo Israelita. Cf. Dt 4.8 nota. O pedido insistente do Levítico para que o povo seja santo, porque o seu Deus também o é, vem confirmado no Novo Testamento (1Pe 1.15).

Este livro tem a característica de apresentar numa harmonia de conjunto dois elementos não só distintos, mas até, ao parecer de muitos, incompatíveis. É de todos os livros do Velho Testamento o que com mais pormenores se refere à Lei, procurando governar toda a vida do Povo de Deus através de princípios gerais ou de preceitos especiais, e assim exigindo aquilo que poderíamos resumir com as palavras do Apóstolo "Quer comais, quer bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para glória de Deus" (1Co 10.31): insiste também na santidade do povo, baseada na santidade de Deus: "Sereis santos, porque Eu Sou santo". E finalmente, como nenhum outro livro do Velho Testamento, foca a obra maravilhosa da Redenção humana através de Cristo, como que respondendo à pergunta de Jó: "Como se justificaria o homem para com Deus" (Jó 9.1) com palavras deste gênero: "Levará a sua oferta...", "Porá as mãos na cabeça...", "Confessará que pecou...", "E o matará...", "E o sacerdote aspergirá o sangue...", "Fará expiação por ele, e será perdoado".

É este o Evangelho do Novo Testamento que, para os pecadores, se apresenta em termos próprios do Velho, enriquecido com o ritual do sacrifício, que termina com o Dia da Expiação. "Nada há semelhante a este grande Dia da Expiação nos outros povos da antiguidade" comenta um autor moderno. "Se todo o sacrifício visa a pessoa de Cristo, este muito mais. Se Is 53 é a essência das profecias messiânicas, Lv 16 é dos tipos mosaicos a mais pura e refinada flor do simbolismo do Messias".

Para compreendermos o Calvário, vendo nele toda a sua glória trágica, temos de o contemplar à luz de toda a história sagrada, que nele se concentra.

Com Isaías, o profeta "evangélico" do Velho Testamento, e com o autor da Epístola aos Hebreus, voltemo-nos para o Levítico e admiremos o que ali se diz do grande Dia da Expiação, não esquecendo as considerações que lhe seguem: "Porque a alma da carne está no sangue; pelo que vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pelas vossas almas: porquanto é o sangue que fará expiação pela alma" (Lv 17.11). Deste modo veremos desenrolar-se diante de nós o magnífico drama da Redenção, e à luz da imagem passaremos a compreender melhor a realidade.

PLANO DO LIVRO

I. OS SACRIFÍCIOS -- 1.1 – 7.38
- a. A porção do Senhor (1.2-6.7)
- b. A porção do Sacerdote e do ofertante (6.8 – 7.38)
- c. O significado do ritual

II. A CONSAGRAÇÃO DE ARÃO E DE SEUS FILHOS -- 8.1 – 10.20
- a. Arão e seus filhos consagrados por Moisés (8.1-36)
- b. Arão desempenha o seu ofício (9.1-24)
- c. O sacrilégio e suas conseqüências (10.1-20)

III LEIS RELATIVAS À PURIFICAÇÃO -- 11.1 – 15.33
- a. Impureza por causa dos animais (11.1-47)
- b. Purificação do primogênito (12.1-8)
- c. Purificação do leproso (13.1-14.57)
- d. Impureza do corpo (15.1-33)

IV. O DIA DA EXPIAÇÃO -- 16.1-34
- a. A preparação de Arão (16.1-10)
- b. O sacrifício pelos sacerdotes (16.11-14)
- c. O sacrifício pelo povo (16.15-19)
- d. O bode expiatório (16.20-22)
- e. Sacrifícios terminados (16.23-28)

f. Outras instruções (16.29-34)
V. LOCAL DO SACRIFÍCIO E SANTIDADE DO SANGUE -- 17.1-16
VI. PECADOS CONTRA A LEI MORAL -- 18.1 – 20.27
a. Casamentos ilícitos e uniões abomináveis (18.1-30)
b. Uma coleção de novas leis (19.1-37)
c. Diversas leis respeitantes a outros crimes hediondos (20.1-27)
VII. INSTRUÇÕES PARA OS SACERDOTES -- 21.1 – 22.33
a. Os sacerdotes devem ser santos (21.1-9)
b. Determinações especiais para o Sumo-Sacerdote (21.10-15)
c. Efeitos da deformidade física (21.16-24)
d. A profanação impede o sacerdote de tocar nas coisas santas (22.1-16)
e. Diretrizes para a oferta dos sacrifícios (22.17-33)
VIII. AS FESTAS SAGRADAS -- 23.1-44
a. O Sábado (23.3)
b. A Páscoa e a festa dos pães asmos (23.4-8)
c. A oferta das primícias (23.9-14)
d. A festa das semanas (23.15-22)
e. As festas do sétimo mês (23.23-24)
IX. O ÓLEO SANTO, OS BOLOS E O PECADO DA BLASFÊMIA -- 24.1-23
a. O azeite para a lâmpada (24.1-4)
b. Os bolos (24.5-9)
c. O pecado da blasfêmia e os crimes da violência (24.10-23)
X. O ANO SABÁTICO E O ANO DO JUBILEU -- 25.1-55
a. O Ano Sabático (25.1-7)
b. O Jubileu (25.8-55)
XI. BÊNÇÃOS E MALDIÇÕES -- 26.1-46
a. Bênçãos como prêmio da obediência (26.3-13)
b. Castigos pela desobediência (26.14-45)
XII. VOTOS PARTICULARES E DÍZIMOS -- 27.1-34

COMENTÁRIO

I. OS SACRIFÍCIOS (1.1 – 7.38)

Não é sem razão, que este manual do sacrifício, - assim o poderíamos designar, - se encontra em primeiro lugar no Levítico, mencionando em primeiro lugar as leis dos sacrifícios e só depois a ordenação dos sacerdotes, que a eles presidem. Do mesmo modo em Números o recenseamento das tribos precede a celebração da Páscoa, acontecimento na realidade anterior àquele (Nm 1.1; 9.1).

Este código do sacrifício apresenta-se, entra sem rodeios diretamente no assunto, e a conjunção "e" que o inicia, liga-o às palavras finais do Êxodo (Êx 40.34 e segs.). Antes de falar com Moisés, o Senhor **chamou-o**, palavra mais forte do que "falar", como se se tratasse do assunto da maior importância para o Seu Povo, como ordens decisivas (cf. Êx 24.16; Nm 12.5), ou comunicações de vulto (cf. Êx 3.4). São exemplos a proclamação das festas (23.2,4,21,37) e do Dia da Expiação (25.10). A dupla expressão "**Chamou... e falou**" tem maior ênfase do que o simples verbo "falou" ou "disse".

Levítico 1

Da tenda da congregação (1). Melhor: "Fora da tenda do encontro". Cf. Êx 25.9 nota. Uma versão usa o termo "tabernáculo" para o vocábulo hebraico **mishkan**, significando o conjunto formado pelas tábuas de madeira dourada, cobertas de linho e bordadas com desenhos de serafins (cf. Êx 26.7), enquanto a palavra "tenda" (**'ohel**) se aplica ao conjunto das cortinas que o cobriam, ou em parte, ou na totalidade (cf. Êx 40.19). Outra versão, porém, confunde os dois termos e emprega-os indistintamente, traduzindo **'ohel** ora por "tenda", ora por "tabernáculo". Seja como for, o certo é que o tabernáculo já se encontrava definitivamente montado, e que o Levítico por isso se coaduna perfeitamente com o último capítulo do Êxodo.

Antes de prosseguirmos, convém frisar o seguinte: Primeiramente, os sacrifícios são considerados sob dois aspectos, ou seja, a porção do sacrifício que pertencia ao Senhor (1.2-6.7) e a porção do sacerdote e do ofertante (6.8-7.36). Em seguida, tratam-se independentemente as cinco espécies de ofertas: (os holocaustos, a de manjares, pelo pecado, pela culpa e a oferta de paz), sem se pensar em qualquer ralação que possa existir entre elas. Em terceiro lugar, as descrições não são completas e supõem outras já feitas ou que ainda se seguirão (por exemplo, não se faz qualquer alusão à oferta de bebidas ou ao pão asmo). Finalmente, nem sempre a ordem cronológica é observada rigorosamente.

a) A porção do Senhor (1.2 – 6.7)

Fala aos filhos de Israel (2). São leis que dizem respeito a todo o povo, pois não só os sacerdotes, mas também os leigos eram obrigados a cumprir com exatidão as suas obrigações. **Oferecer oferta** (2). A palavra hebraica **corban** (cf. Mc 7.11) tanto pode significar "oferta" como "sacrifício" (Nm 7.11). **Gado** (2). Incluía os animais impuros como cavalos, burros e camelos. Cf. Êx 9.3, onde se alude ao "gado" do Faraó, que abrangia cavalos, jumentos, camelos, bois e ovelhas. **Vacas** (2) é o termo genérico para todo o gado bovino, tal como **ovelhas** designa todo o gado ovino e caprino. Só estes animais e alguns pássaros podiam ser objeto de sacrifício.

1. O HOLOCAUSTO (1.3-17). (Veja-se também 6.8-13). Com este nome se designava toda a carne que se queimava sobre o altar (Dt 33.10; Sl 51.19; Lv 6.22-23). O termo original **'olah** de significado "aquilo que sobe", tanto podia referir-se à oferta que subia ao Senhor como ao **cheiro suave** (17), ou ainda ao animal inteiro, e não apenas parte dele, que era oferecido, ou erguido sobre o altar. Embora não seja o mais importante, é no entanto este sacrifício o que se menciona em primeiro lugar, talvez por ser o mais grandioso. Note-se que o grande altar de bronze é conhecido por "altar do holocausto" (Êx 30.28; 31.9; Lv 4.7,10,18). Em 4.24,33 afirma-se que o bode será degolado "no lugar

onde se degola o holocausto". A "oferta contínua" (*tamidh*) era também um holocausto (Êx 29.42; Nm 28; Nm 29).

O contraste entre 1.2; 2.2 e 4.2; 5.15 leva-nos à conclusão de que o holocausto podia ser um sacrifício voluntário. Mas em 1.3, segundo outra versão, admite-se mais facilmente que seja "para sua aceitação" do que propriamente "de sua própria vontade". O animal devia ser "macho e sem mancha" (3). O mesmo se dava com o sacrifício pelo sacrilégio (cf. 5.15). Segue-se a descrição pormenorizada do ritual do sacrifício (5-9). O ofertante conduzia o animal até à porta da tenda do encontro, sobre o qual punha ambas as mãos, confessando ao mesmo tempo as suas iniqüidade (16.21; Dt 26.13 e segs.). Em seguida era degolado "perante o Senhor", esfolado e dividido em pedaços, sem se lhe partir os ossos (cf. Êx 12.46; Nm 9.12; Jo 19.36). Depois da lavadas as entranhas a as pernas, o sacerdote recolhia o sangue da vítima para o aspergir sobre o altar, e queimava logo após toda a carne. Repara-se na frase enfática: **Os filhos de Arão, os sacerdotes** (1.5,8,11; 2.2; 3.2). A cerimônia do sacrifício é de fato uma missão exclusivamente própria dos sacerdotes, a quem, todavia, não cabe qualquer parte da vítima, a não ser o couro do animal (7.8). Neste sacrifício, ao contrário do que sucedia com o do pecado e da expiação de culpa, dá-se especial realce à consagração e à dedicação do ofertante, como nos dá a entender o apóstolo Paulo que nas palavras "vossos corpos" e "sacrifício vivo" devia ter em mente o holocausto antigo (Rm 12.1).

Mas as palavras **para que seja aceita por ele para a sua expiação** (4) e a aspersão do sangue em torno do altar implicam sem dúvida a confissão e a expiação, que deviam preceder a dedicação (cf. 17.11). **Para a sua expiação** (4). Literalmente o termo "expiar" significa "cobrir", admitindo, no caso do pecado, que o Deus de Israel não podia contemplá-lo (Hc 1.13; Sl 51.1,9; 103.12; Is 43.25; 44.22; Mq 7.19; Hb 10.1-4). O sangue da expiação tanto podia referir-se às pessoas (4) (cf. 4.20), como às coisas (por exemplo, ao altar - cf. Êx 29.36). O holocausto, de qualquer modo, seria sempre "uma oferta queimada, de

cheiro suave ao Senhor" (9). "Oferta de fogo" é o termo que se aplica a todos aqueles sacrifícios, que na totalidade ou em parte deviam ser queimados sobre o altar. De muitos deles se diz que constituiriam um "cheiro suave" mas esta designação aplicava-se provavelmente a todo este gênero da sacrifícios. A expressão é antropomórfica e não deve, portanto, ser tomada à letra, por designar apenas a satisfação com que o Senhor recebe as ofertas do Seu Povo. O mesmo se deve dizer das palavras "pão de Deus" (21.6 e segs.) e dos sacrifícios da paz (3.11,16). Há quem tome tais palavras em sentido literal, vendo nelas o conceito imperfeito e primitivo de sacrifício. Tal conceito é exclusivo pelo contexto. Não é de admitir tal ponto de vista, demasiado materialista e revelador de ignorância crassa, mesmo que haja alguns que assim pensassem. O fato de nessa altura, em que o Povo Israelita se alimentava à custa do Maná caído do Céu, se oferecerem sacrifícios a Deus, não significa que Deus precisasse dos alimentos humanos, mas desejava que Seus filhos Lhe oferecessem parte daqueles bens que o Céu tão generosamente lhes concedia, como sinal de reconhecimento que era Deus quem lhes sustentava a vida e os cumulava de todas as bênçãos. Embora muito posterior, o Sl 1 exprime claramente o conceito mosaico do significado de sacrifício.

Os requisitos para os sacrifícios dum carneiro ou duma cabra eram os mesmos que se exigiam para o sacrifício do boi (10-13). O local preferido era o lado norte do altar (11), isto para todos os sacrifícios, exceto para a oferta da paz. Tratando-se de aves, era muito mais simples o cerimonial do sacrifício, embora baseado nos mesmos princípios (14-17). A oferta das aves, ou obedecia a normas concretas já estabelecidas (cf. 12.6), ou então substituía os outros animais no caso de ser pobre o ofertante (5.7-10).

Levítico 2

2. A OFERTA DE MANJARES (2.1-16). (Cf. ainda 6.14-18). Tal como o holocausto, também devia ser voluntária esta oferta: **quando alguma pessoa oferecer** (1). Podia ser independente, ou então

acompanhar os outros sacrifícios de animais (Cf. Nm 15.1-16), e consistia na oferta dum cereal, em que entrasse sobretudo a flor de farinha, geralmente misturada com azeite (7.10; 5.11), ou com azeite e incenso por cima (6). Cozida ou não, o sacerdote tomaria um punhado dela e a colocaria sobre o altar, desde que contivesse todo o incenso indispensável.

Tomava então o nome de **memorial** (2), talvez por causa do incenso sagrado (Êx 30.34) que oferecia no altar de ouro duas vezes por dia o sacerdote à hora da oração, servindo para obter a aprovação do Senhor, ou antes para que o Senhor não se esquecesse do ofertante. Talvez os títulos dos Sl 38 e Sl 70 indiquem que deviam ser recitados na ocasião da oferta deste memorial.

A mais pequena destas ofertas de cereal compunha-se duma décima parte da efa ou seja de três litros. Como um punhado (2) era relativamente uma parte pequena, não admira que o "que sobejar" fosse considerado **coisa santíssima** (3) e reservado aos sacerdotes, que o comiam no pátio do Tabernáculo (6.16; 10.12 e segs.). O mesmo se verificava na oferta pelo pecado (6.25-29) a noutras ofertas (cf. 7.16; 24.9), exceto na do holocausto, pelo fato de toda a vítima ser consumida sobra o altar. Por outro lado na oferta da paz, considerada **santa**, toda a família do sacerdote podia participar dela, incluindo amigos e súditos (Dt 12.11-18), mas devia ser comida em lugar santo a **puro**, mas não forçosamente dentro do pátio do Tabernáculo.

Devia usar-se o sal em todos os sacrifícios, por ser o símbolo da incorrupção e permanência; por isso se usa a expressão, **o sal do concerto do teu Deus** (13). (Cf. Nm 18.19; 2Cr 13.5).

Fermento e mel (11) não convinham nos sacrifícios que fossem queimados, porque não podiam colocar-se sobre o altar. Mas ambos serviam para as **ofertas das primícias** (12). Cf. Êx 23.16 e segs.; 34.22 e segs.; Lv 23.17 e segs. Dai se concluía que tais produtos não eram impuros em si mesmos. Lemos em Êx 12.39 que os israelitas comeram pão sem fermento quando saíram do Egito, pelo fato de partiram à pressa

e não terem tempo de o fermentar. A farinha, o azeite e o vinho (se bem que estes não venham mencionados explicitamente nesta passagem, pois se sabe que em geral acompanhavam as ofertas da farinha) constituíam os três elementos principais da alimentação quotidiana do povo, por vezes resumida na frase "grão, vinho a azeite", como, por exemplo em Dt 12.17. Segue-se, que a oferta da farinha e do azeite simbolizava o sacrifício dos principais alimentos do povo, como a dizer que de Deus recebiam diariamente esse benefício. O azeite podia ainda simbolizar a presença salutar do Espírito Santo na santificação, pelo fato de andar associado à unção dos sacerdotes e ao candeeiro de ouro.

Levítico 3

3. O SACRIFÍCIO DA PAZ (3.1-17). (Veja também 7.11-34).

E se a sua oferta for sacrifico pacífico (ou de paz) (1). Do mesmo modo que o holocausto, a oferta da paz podia ser voluntária; e o animal macho ou fêmea, mas sempre sem mancha. Tal como as outras ofertas queimadas, ela diferia do holocausto enquanto só uma parte era queimada sobre o altar. Segue-se em pormenor a descrição de tal parte, começando pela **gordura** que envolvia os órgãos internos, depois pelos **rins e redenho**, que estavam sobre o fígado (3-4). Se a vítima era um carneiro, também seria incluída a cauda (9). É que esta considerava-se então como objeto de luxo, chegando a pesar nos bons exemplares mais de 6 quilos. Todos estes pormenores vêm expressos novamente no caso do sacrifício pelo pecado (4.8-19,26-35) e ainda na lei da expiação da culpa (7.3 e segs.). Única razão: "o manjar é da oferta queimada, de cheiro suave: toda a gordura será do Senhor" (16). Logo a seguir a proibição solene de nunca se utilizar à mesa a gordura e o sangue da vítima.

Estatuto perpétuo será nas vossas gerações (17). Trata-se duma expressão que aparece dezessete vezes no Levítico. Em Dt 12.15 e segs. e 21-24 apenas se faz alusão ao sangue e não à gordura, se bem que não se pretenda modificar aquele "estatuto perpétuo" (17), por serem

diferentes os casos. O Dt não se refere ao sacrifício de paz, mas a uma oferta que devia ser efetuada "dentro das portas" (12.15) e não sobre o altar. Tanto os puros como os impuros participariam desse sacrifício (12.15), o que significa que não era de paz (cf. 7.20 e segs.). Já que a expressão "oferta de paz" implica, aparentemente, que o ofertante deve encontrar-se em estado de reconciliação com Deus (doutro modo não poderia comer a carne da sua oferta), convém frisar que a imposição das mãos (vv. 2,8,13) vem sempre associada à decapitação da vítima. Todas as ofertas queimadas eram expiatórias. Quanto à substituição da vítima por uma ave no caso dum pobre, neste caso não é mandado, porque do sacrifício todos deviam participar: o ofertante, com a família e amigos, quer ele fosse pobre ou rico. Ora os pobres e necessitados, sem possibilidades para comprar um carneiro ou uma cabra, podiam ser convidados por um amigo ou um vizinho com meios para o fazer. Assim, o pobre participava no sacrifício de paz.

Levítico 4

4. A OFERTA PELO PECADO (4.1-5.13). (Cf. também 6.24-30).

Quando uma alma pecar... oferecerá (2-3; cf. 5.15). As ofertas pelas culpas próprias ou alheias eram obrigatórias como expiação por certos pecados, que podiam ser derivados à ignorância ou ao erro. Embora involuntariamente, cometia-se um pecado, se se praticasse algo "do que não se devia fazer" (vv. 2,13,22,27), sem poder recorrer-se muitas vezes à desculpa da ignorância. Assim sucedia com os pecados mencionados em 5.1-4. Tal como é descrito, por exemplo 11.24-28 e 17.15 e segs., afastava-se a impureza por meio de meras lavagens e ausência do culto no Santuário até ao pôr do sol. Mas se alguém contraísse tal impureza sem o saber (**ainda que lhe fosse oculto - 2**) e, portanto cumprir com a lei da purificação (11.27 e segs.), pecava e era **culpado** (2).

Quando **o souber depois** (4), faria a sua oferta pelo pecado. Trata-se, evidentemente, do pecado por ignorância. Mas por outro lado a falta

de comparência para atestar um crime, quando eram citadas as testemunhas, pode ser derivada a várias razões, como por exemplo no caso do "juramento, proferido temerariamente" (4). Estes, sim, são pecados provenientes da fraqueza humana, exceto o pecado de teimosia (a "alta mão"), para o qual não há remissão.

Em Lv 4 a oferta pelo pecado é considerada relativamente ao "sacerdote ungido", (isto é, ao Sumo-Sacerdote 8.12) (3-12), a toda a "congregação" (13-21), ao monarca (22-26) e, enfim, a qualquer israelita (27-35). A culpa variava, portanto, conforme a posição hierárquica daquele que o cometeu. Assim o sacerdote ungido é o primeiro nessa escala, por representar o povo, a quem envolve na culpa com o seu crime (3). Porque ministra nos lugares santos, traz a profanação aos lugares santos; isto exige uma expiação adequada através do sangue aspergido diante do véu do Tabernáculo e colocado sobre as pontas do altar do incenso (6-7). O mesmo cerimonial seria observado pelos pecados da "congregação" (13-21), talvez porque Israel foi escolhido para "reino sacerdotal" (Êx 19.6), e o Senhor mora entre o Seu povo. Neste caso eram os anciãos, que, na qualidade de representantes do povo, punham as mãos sobre a cabeça da vítima. Tratando-se dum só indivíduo, fosse ele o monarca ou qualquer outro indivíduo, o sangue da vítima não era levado aos lugares santos, mas colocado apenas nas pontas do altar do holocausto e derramado à volta dele. O monarca oferecia um bode, e o simples cidadão uma cabra ou um carneiro. Em qualquer caso a **gordura** era queimada sobre o altar, tal como sucedia com a oferta da paz (30). Quanto aos resíduos dos animais cujo sangue era derramado no lugar Santo, queimava-se a carne **fora do arraial**, num lugar limpo, onde se lançavam as cinzas do sacrifício (12). O principal era fazer com que não partilhasse da vítima aquele por quem se apresentava a oferta do pecado (cf. 6.24-30). O sacerdote também não devia tomar parte nessa cerimônia, quer a expiação fosse por ele próprio, quer por toda a congregação, de que é membro (cf. Hb 13.10-13).

Levítico 5

No cap. 5.1-6 enumeram-se os pecados que exigem a oferta pelo pecado: a recusa em apresentar-se para servir de testemunha, a impureza pelo contacto com animais imundos ou com imundícies humanas, e finalmente o juramento temerário. São, na realidade, pecados de ignorância (cf. 4.13; 5.2-4).

Ao saber do pecado, o culpado **confessará... trará ao Senhor... fará expiação** (5-6). Até ao verso 13 nota-se uma certa ralação entre a oferta pelo pecado e pelo sacrilégio, se bem que só a partir do verso 14 se trate deste último caso. A palavra "culpado" deriva de **'ashem**, da mesma raiz que "oferta pelo pecado de sacrilégio" **'asham**. Cf. 4.13,22,27, onde se exige a oferta pelo pecado, e ainda 5.17; 6.4 a propósito do sacrilégio. Mas, enquanto este exige a restituição, supõe-se que só a partir do verso 14 se trata, realmente, dessa oferta, não obstante no verso 6 haver alusões à mesma. Daí a confusão gerada no espírito de certos comentadores, unânimes, no entanto, em admitir uma íntima ligação entre as duas espécies de oferta.

Desde que naqueles casos era obrigatória a oferta pelo pecado, os mais pobres poderiam oferecer **duas rolas ou dois pombinhos** em vez do cordeiro da praxe (7). Um seria considerado como oferta pelo pecado, o outro como holocausto. Já que no primeiro caso toda a carne, com exceção da gordura, se destinava ao sacerdote (6.26), é fácil de compreender que, devido à dificuldade de separar a gordura nos pássaros, a carne fosse consumida totalmente no altar, como se representasse a porção do Senhor. (Ainda que fosse uma oferta pelo pecado, por ser totalmente consumida, chama-se "holocausto"). O outro pássaro era dado ao sacerdote, como representando a sua porção em oferta pelo pecado. E assim se explica porque se exigiam as duas aves. Em caso de extrema pobreza uma oferta de farinha podia substituir a oferta dos animais (11), embora nessa se dispensasse o azeite a o incenso normalmente incluídos na oferta de manjares (2.1-16). O sacerdote, além disso, "dela tirará o seu punho cheio por seu memorial", queimando-o

sobre as ofertas no altar (12). E assim essa refeição não deixava de ter o seu valor de sacrifício cruento, por se associar às ofertas, que se queimavam sobre o altar. Era, pois, um verdadeiro sacrifício pelo pecado, e, ao fazê-lo, o sacerdote expiava, na realidade, as culpas próprias ou alheias. Deste modo o que parece ser uma exceção ao princípio de que "sem derramamento de sangue não há remissão" (Hb 9.22), deixa de ser uma exceção, servindo antes para reforçar o princípio de substituição vicariante que serve de objetivo principal no ritual do sacrifício.

5. A OFERTA PELO SACRILÉGIO (5.14-6.7). (Cf. 7.1-10). Este sacrifício refere-se ao pecado que exige uma restituição, mesmo antes da oferta, e apresenta-se sob duas formas: uma, pela transgressão de faltar em dar as "coisas sagradas do Senhor" (15) isto é, nos dízimos, nas ofertas, nas primícias, etc., como pertencendo a Deus, e exigindo a entrega ao sacerdote ou o resgate; outra, pela transgressão "contra os mandamentos do Senhor" (17). Já que as mesmas palavras se encontram várias vezes em Lv 4 (Lv 4.2,13,22,27), não há dúvida que o pecado em causa exigia uma restituição.

Levítico 6

A partir de 6.1-7 vêm a lume as ações que implicam injustiça ou injúria ao próximo. Em todos estes casos a detenção dos bens alheios era compensada devolvendo-as e acrescentando a multa dum quinto do seu valor - pena que punia o réu e em parte indenizava o lesado. Cf. Nm 5.6-8. A oferta era sempre um **carneiro** (cf. 19.21 e segs.), ou **cordeiro** (14.12) que podia ter apenas um ano de idade (Nm 6.12). A oferta pelo sacrilégio, portanto, formava parte do ritual da purificação da lepra (14.12) e dos naziritas (Nm 6.12).

b) A porção do sacerdote e do ofertante (6.8 – 7.38)

Exceto no caso das ofertas dos manjares (2.10 cf. 5.13), apenas se consideraram até agora os sacrifícios em atenção ao Senhor e em

especial o destino a dar ao sangue da vítima e as porções que deviam ser consumidas no altar ou queimadas fora do arraial. Agora vai seguir-se uma série de leis relativas às porções do sacerdote a do ofertante, todas iniciadas pelas palavras **Esta é a lei de** (vv. 9,14,25 etc.), e precedidas no princípio pela sentença do Senhor: "Dá ordem a **Arão** e a seus filhos" (9). Todas as leis, já mencionadas novamente deste ponto de vista.

1. A OFERTA DO HOLOCAUSTO (6.8-13). (Veja também 1.3-17). Uma vez que a vítima era consumida totalmente sobre o altar, havia apenas que atender ao destino a dar às cinzas e à guarda do fogo do altar. Este, por exemplo, não se devia jamais deixar apagar, por ser o fogo sagrado de origem divina. De resto, o holocausto devia arder continuamente sobre o altar, como símbolo da consagração de Israel ao Senhor. É o que dá a entender Êx 29.38-42 ao falar de "holocausto contínuo", visto que o holocausto devia arder durante a noite.

2. A OFERTA DE MANJARES (6.14-18). (Veja também 2.1-16). À exceção do **memorial**, a oferta pertencia na totalidade ao sacerdote oficiante e, da mesma maneira que com os restantes sacrifícios, devia ser comido num lugar santo (16), isto é, dentro dos pátios do tabernáculo (26).

Tudo o que tocar nestas ofertas será santo (18). Cf. 6.27; Êx 29.21,37; 30.29. Quer dizer que aqueles que em virtude do seu ministério eram autorizados a participar do sacrifício, só o deviam fazer quando devidamente purificados. O que aos leigos se aplicava (7.20) com muito mais razão devia ser observado pelos sacerdotes e seus filhos varões, os únicos que podiam partilhar de tais sacrifícios (6.18,29; 7.6; Nm 18.8-10).

Seguem-se várias prescrições relativas à oferta contínua de cereal pelo sacerdote (19-23), que devia ser levada ao altar por Arão ou seu sucessor, de manhã e à tarde. Sendo perpétua e a oferecer pelos sacerdotes, estes não poderiam tomar parte nesta oferta, pelo que devia ser totalmente queimada.

3. A OFERTA PELO PECADO (6.24-30). (Veja também 4.1-5.13). No presente sacrifício, toda a carne, exceto a gordura, pertencia ao sacerdote oficiante: **O sacerdote que a oferecer pelo pecado a comerá** (26). Não admira, por isso, que se frise a santidade desta porção, a ponto de santificar tudo o que nela tocar, incluindo os vasos em que era cozido o sacrifício.

Será santo (27), isto é, considerado santo e por esse fato afastado do uso comum, bem lavado e, se fosse de barro, seria quebrado. Os filhos varões dos sacerdotes participavam desta oferta, mas não estes, se a oferta fosse feita em sua intenção (30).

Levítico 7

4. A OFERTA PELA CULPA (7.1-10). (Veja também 5.14 – 6.7). Como nada se disse anteriormente acerca da porção do Senhor neste sacrifício, a lei só aludiu às ofertas da paz (3.3 e segs.) e do pecado (4.8-10), mas veio depois a desenvolvê-la mais pormenorizadamente em 7.2-5. Diz-se então que a porção do sacerdote é a mesma nesta oferta como aquela que era oferecida pelo pecado. A não ser a porção do Senhor, tudo pertencia ao sacerdote. As ofertas de manjares, a que se faz alusão, são aquelas que acompanhavam os sacrifícios de animais, que se acabam da mencionar.

5. O SACRIFÍCIO DA PAZ (7.11-34). (Veja também 3.1-17). É este o último entre todos os sacrifícios em que podia tomar parte o ofertante. Repare-se, pois, como são bem distintas as diferentes porções: a do Senhor, a do sacerdote e a do ofertante. A porção do Senhor era a gordura, que se queimava sobre o altar (22-25). A do sacerdote constava do peito e da espádua direita da vítima (30-34). A preparação (manipular e agitar) do sacrifício dava a entender que o ofertante entregava a Deus através dessa cerimônia tal porção pelo Seu ministro. O resto da carne pertencia ao ofertante, embora com certas restrições. Em caso de voto ou da oferta voluntária, as sobras deveriam ser comidas no segundo dia (16). Se de louvores ou ação de graças, só no dia do sacrifício (15), e o

que não se comesse, consumi-lo-ia o fogo. Uma coisa era certa em tais circunstâncias: encorajar um espírito generoso pelo convite feito aos amigos e parentes, especialmente os mais pobres, para que participassem deste alegre banquete (Dt 12.12).

Juntamente com o sacrifício, devia o ofertante apresentar diferentes espécies de bolos: uns, asmos e com azeite (12): levedados outros, mas também pertencendo às porções do sacerdote. Como alimento vulgar do povo incluía pão levedado, aquela oferta tinha um significado especial quando a Deus se oferecia, através do Seu ministro, uma parte do alimento quotidiano. Não podia, no entanto, este pão colocar-se sobre o altar. Mas repare-se também que, os bolos em questão, não constituíam propriamente a oferta dum manjar (cereal) ou duma refeição (**minhah**). Sem incenso, não podiam ser queimados no altar; estes bolos acompanhavam simplesmente a oferta da paz e deles partilhavam o sacerdote e o povo. A porção do sacerdote era chamada uma "oferta alçada" (14) e pertencia-lhe em razão do "estatuto perpétuo" (36), sendo-lhe oferecida no dia da sua consagração ao Sacerdócio (35). Não era tão santa esta oferta como a oferta da paz (7.6); e é fácil de compreender que assim fosse, pelo fato de a vítima ser sacrificada "diante da porta da tenda" (3.2) e poder ser partilhada tanto pelo sacerdote como por qualquer pessoa "limpa". O que acima convém frisar no simbolismo deste sacrifício é a comunhão com Deus e a alegre amizade com todos os que deste ato viessem a participar.

6. ACENTUA-SE A ORIGEM DIVINA DAS LEIS (7.35-38). **Esta é a porção... Esta é a lei** (35,37). A extensa enumeração destes sacrifícios termina pela alusão ao "estatuto perpétuo" concedido a Arão e seus filhos, que vem a ser nem mais nem menos do que uma confirmação da origem divina destas leis, pelo Senhor promulgadas no Sinai.

c) O significado do ritual

Em presença dos sacrifícios que acabamos de analisar pormenorizadamente, não é difícil reparar na clareza com que o autor

no-los apresenta de maneira a vermos neles um símbolo perfeito da Obra Redentora de Cristo. Na Ceia do Senhor lembram os Cristãos a morte de Cristo no Calvário, sacrifício feito duma vez, de que todavia não podem participar. Comungam, no entanto, com Cristo, cuja Páscoa foi a oferta de paz por excelência, participam dos símbolos sagrados do Seu corpo partido e do Seu sangue derramado, já que o vinho sacramental simboliza o sangue por Ele derramado para expiação dos pecados, tornando-se assim fonte perene de vida para todos os crentes (Jo 6.53); dedicam-se ainda de novo ao serviço do Senhor apresentando os seus corpos como sacrifício vivo em perene holocausto ao Senhor; finalmente esperam pela vinda do Sumo-Sacerdote celeste, que virá coroar a Sua gloriosa redenção recebendo para Si mesmo aqueles que aguardaram "a Sua vinda".

Sendo admissível a prática do sacrifício entre os povos da antiguidade mais remota, não admira que haja discussão acerca da relação entre o culto de Moisés e as práticas dos povos circunvizinhos. Se bem que sejam de notar certas diferenças fundamentais, como as seguintes: o Pentateuco representa o cerimonial mosaico como revelado diretamente por Deus: "O Senhor falou a Moisés, dizendo"; repetidas vezes se aconselha o povo a não seguir os costumes e as práticas dos egípcios ou dos cananeus; finalmente, os precedentes deste ritual devem remontar às primitivas práticas dos antepassados de Israel. As diferenças são, pois, de molde a superar as possíveis semelhanças. Diga-se ainda de passagem, que tais diferenças podem ser negativas a positivas. Sob o aspecto negativo não podemos achar qualquer relação com a adivinhação e os agouros; com a alucinação mística, as automutilações, a prostituição sagrada, os sacrifícios humanos e pelos mortos, as hecatombes (proibidas em Mq 6.7). Pelo lado positivo as diferenças essenciais recaem na moralidade a na integridade da vida: a necessidade da expiação pelo pecado; a atitude de retidão e de justiça a tomar pelo ofertante, sobretudo a necessidade de arrependimento e de franca obediência à Lei do Senhor; a santidade do sangue como representando a vida do animal aceito em

substituição pelo ofertante como expiação pelos seus pecados. Tomadas em conjunto, todas estas considerações levam a concluir que, não obstante as semelhanças, o ritual mosaico apresenta notáveis diferenças dos cultos dos outros povos e vem a ser único no gênero.

II. A CONSAGRAÇÃO DE ARÃO E DE SEUS FILHOS (8.1 – 10.20)

É evidente a íntima relação entre estes caps. e os caps. 28-29 de Êxodo, onde por três vezes se faz alusão à construção do Tabernáculo. Os capítulos 25-30 referem-se, sobretudo, ao mobiliário, e incluem instruções relativas ao vestuário dos sacerdotes e à sua consagração. Os capítulos 35-39 aludem às leis referentes ao Tabernáculo e Êx 40 trata diretamente da montagem do mesmo e refere-se ao modo como Deus se dignou aceitá-lo. Poderíamos esperar que se seguisse imediatamente o ritual de consagração dos sacerdotes, como seqüência natural da dedicação do Tabernáculo e fazendo ainda parte do Êxodo. Mas, como a principal missão dos sacerdotes é oferecer sacrifícios, e ainda porque a oferta desses sacrifícios que por eles próprios imolavam formava parte indispensável da sua consagração, explica-se que o manual dos sacrifícios apresentado nos capítulos 1-7 do Levítico preceda esta importante secção.

Levítico 8

a) Arão e seus filhos consagrados por Moisés (8.1-36)

O modo tão repentino como se inicia este capítulo com as palavras "Toma a Arão..." faz-nos pensar imediatamente em Êx 29.1-3, onde se alude ao mesmo acontecimento. Daí o emprego do artigo definido antes dos objetos e animais em questão. Como cerca de quinze vezes deparamos com a frase "como o Senhor ordenou a Moisés", ou expressão equivalente, numa espécie de estribilho, é sinal que a cerimônia devia considerar-se como a conclusão da consagração do Tabernáculo e uma continuação dos capítulos 29—40 do Êxodo. É única a posição de Moisés (cf. Caps. 28--29 do Êxodo), privilegiada e sem precedentes na

história do Povo de Deus a quem "serviu" fielmente (cf. Nm 12.7; Hb 3.2-5). Por tal motivo, seria Moisés a oferecer "o novilho da expiação do pecado" de Arão (14-17), pertencendo-lhe, portanto, o peito do carneiro da consagração, que normalmente fazia parte da porção do sacerdote oficiante (28; Êx 29.26).

O ritual da consagração dos sacerdotes constituía uma cerimônia impressionante, realizada na presença de "toda a congregação à porta da tenda da congregação" (3). Note-se a solenidade das palavras iniciais: **Isto é o que o Senhor ordenou que se fizesse** (5). Primeiramente eram as lavagens com água. Depois Arão vestia-se das vestes sagradas (6-9; cf. Êx 28) e Moisés ungia o Tabernáculo, o altar, os vasos e a pia (10-11), cerimônia esta que era seguida do derramamento de azeite sobre a cabeça de Arão (12; cf. Sl 133.2), como símbolo da santificação e da consagração. Ato contínuo vestia Moisés os filhos de Arão (13) e procedia à oferta pela expiação do pecado (14-17), ao holocausto (18-21) e à oferta da consagração (22-29). Esta última é a única que não se menciona no manual. O termo hebraico é **millu'im**, à letra "ações de encher", porque "encher as mãos" era o termo técnico para designar a investidura dum cargo importante. Assemelhava-se à oferta da paz pelo fato de poderem participar da carne todos aqueles por quem era oferecida (31). Mas neste caso a porção especial do sacerdote não podia ser tomada por Arão e seus filhos, já que por estes Moisés a oferecera. Assim a primeira era atribuída a Moisés como sua porção (29), por agir como sacerdote, e a outra era simplesmente queimada sobre o altar (25-28).

Arão e seus filhos impunham as mãos sobre a vítima do sacrifício para que se soubesse que se tratava duma oferta por eles mesmos. Mas também era sabido que o sangue da oferta do pecado ia purificar e santificar o altar em que os sacerdotes ministravam. A colocação do sangue da consagração nas orelhas e nos polegares da mão e pé direitos (23-24), a aspersão do azeite e do sangue sacrificial sobre Arão e seus filhos (30) e o derramamento do azeite na cabeça de Arão (12), simbolizavam a consagração e a santificação para os diferentes cargos

anexos ao múnus sagrado do sacerdócio. Arão e seus filhos não deviam sair da porta da tenda da congregação durante os sete dias da consagração, sendo repetidos todos os dias os mesmos sacrifícios (33-34), por isso nota-se a exceção feita para as ofertas da paz, que podiam ser consumidas no dia seguinte ao sacrifício (7.15-18). Estas seriam comidas no mesmo dia. E enquanto Moisés procedia ao ritual do sacrifício, Arão e seus filhos não sairiam do pátio do Tabernáculo.

Levítico 9

b) Arão desempenha o seu ofício (9.1-24)

E aconteceu ao oitavo dia, isto é, no dia marcado para a conclusão das cerimônias da consagração, **Moisés chamou a Arão e seus filhos** (1). O verbo **chamar** lembra a solenidade com que Moisés procedia ao ritual, mandando a Arão cada uma das cerimônias a executar. Toda a congregação é levada **perante o Senhor**, que vai aparecer-lhe para manifestar a Sua glória (vv. 4,6,23, etc.), como sinal de aprovação de tudo quanto se fizera (cf. Êx 40.34).

Os sacrifícios que Arão oferecia por si próprio, pelos filhos e pelo povo (7) (não esqueçamos que Arão e os filhos eram, acima de tudo, israelitas) constituíam uma oferta pelo pecado e um holocausto (vv. 2,8 e 12). Os que se ofereciam pelo povo formavam a oferta pelo pecado, o holocausto, a oferta dos manjares e a da paz (3-4). Após esta descrição pormenorizada do ritual, fazendo supor que a primeira oferta seria a do pecado, segunda, a do holocausto e terceira, a da paz, não há dúvida que a intenção primordial é dar realce primeiramente à expiação pelo pecado, em segundo lugar à dedicação e à consagração da vida, e por fim à comunhão com Deus no banquete eucarístico. No Lv 14.10-20 a ordem das ofertas da purificação da lepra é a seguinte: a expiação da culpa (12-18), a expiação pelo pecado (19), o holocausto e a oferta dos manjares (20). Segue-se ainda a mesma ordem em 14.21-32, como a querer insinuar que a primeira daquelas ofertas precede as outras por envolver a restituição.

No final de cada um dos sacrifícios Arão abençoava o povo (22), sem sair do altar. A fórmula dessa bênção era possivelmente a que se encontra em Nm 6.22 e segs. Seguiam depois Moisés e Arão para a tenda da congregação, não se sabendo bem com que finalidade. É de supor, no entanto, que nessa altura Moisés encarregasse Arão de velar pelo santuário, pelo candelabro, pela mesa dos pães e pelo altar do incenso, instruindo-o ao mesmo tempo nas obrigações do seu múnus, em conformidade com o ritual que Moisés vinha praticando desde o dia da montagem do Tabernáculo (cf. Êx 40). Saíam então ambos e abençoavam o povo, e logo após se manifestava a Glória do Senhor, como no dia da montagem do Tabernáculo (23). O fogo que descera do Céu para queimar as vítimas era o fogo Sagrado que não se podia deixar apagar. E o povo rejubilou, embora, prostrado, não deixasse de prestar o devido culto ao Senhor.

Levítico 10

c) O sacrilégio e suas conseqüências (10.1-20)

Neste capítulo procede-se à narração do sacrilégio que conduziu à morte trágica dos dois filhos mais velhos de Arão que no monte viram a Glória do Senhor (Êx 24.1). Não é difícil verificarmos que este acontecimento se passou logo após a cerimônia da consagração pelo fato de se aludir ao **bode da expiação** (16), já referido em 9.3,15, e cujo sangue não foi levado para o santuário, como sucedia com as ofertas pelos pecados do próprio Arão (18). Sendo oferta pelo pecado do povo, a carne da vítima tornava-se porção dos sacerdotes, que a comeriam no santuário (17). Era óbvia a razão: **O Senhor a deu a vós, para que levásseis a iniqüidade da congregação, para fazer expiação por eles diante do Senhor** (17). Cf. Êx 28.12,29,30,38. A missão dos sacerdotes era de mediação. Isto quer dizer que, ao comerem a oferta do pecado, manifestavam a aceitação por parte de Deus, tal como, ao permitir o ofertante participar da oferta da paz, Deus dava a entender que Lhe era agradável tanto a oferta como o ofertante. Porém, era queimada a oferta,

sem se saber, no entanto, se no altar ou fora do arraial. E assim os filhos de Arão ou não podiam em tais circunstâncias comer da sua porção, ou então não se atreviam a tal por se sentirem contaminados pelo pecado de seus irmãos, já que os quatro eram sacerdotes. Queimavam, entretanto, a carne e o couro do animal, que constituía a oblação do povo, como se queimassem a oferta dos seus próprios pecados fora do arraial (11). Erraram, todavia, conforme as palavras dos verso 17 e segs. O verso 20 sugere que, a serem os escrúpulos de Arão em princípio os de um pai ou de um sacerdote, a razão ou desculpa que apresentou para a conduta dos filhos sobreviventes, e que aparentemente refletia a sua atitude pessoal, era, no entanto, considerada satisfatória por Moisés. É um exemplo da união da justiça com a misericórdia!

Não é fácil definir a natureza do pecado de Nadabe e Abiú. Ao depararmos com aquelas palavras com que se inicia o cap. 10 **"E os filhos de Arão, Nadabe e Abiú, tomaram cada um o seu incensário"**, logo reparamos que nos capítulos anteriores não se fez qualquer alusão à oferta do incenso. Pelo que aqueles sacerdotes, agindo por sua própria iniciativa, não obedeceram às leis de Moisés. **Trouxeram fogo estranho** (cf. Êx 30.9) aparentemente fogo fora do altar de bronze; ambos praticaram esse ato de presunção, já que a oferta do incenso no altar de ouro pertencia ao Sumo-Sacerdote (Êx 30.9) ou então a **um** dos sacerdotes (Lc 1.9). Adiantando-se ao pai nesta primeira cerimônia do culto: isto leva-nos a supor, ao mesmo tempo, que foram a inveja e a rivalidade mútua que os levou a praticar aquele inaudito sacrilégio. E por que inaudito? Porque realizado fora do tempo regulamentar; mais ainda: porque a cerimônia, pela solenidade de que se revestia, revelava a sua origem divina: "como o Senhor ordenara a Moisés". Nadabe e Abiú tornaram-se, portanto, réus de invulgar presunção ao cometerem tão torpe sacrilégio.

É ainda significativa a revelação particular, acompanhada duma proibição, feita diretamente a Arão (8-11) e não através de Moisés. É pelo menos possível embora sem absoluta certeza, que deste capítulo da

Bíblia se possa deduzir a proibição aos sacerdotes que ministravam, do uso do vinho e de outras bebidas alcoólicas (cf. Ez 44.21), uma vez que Nadabe e Abiú cometeram o seu crime sob a influência do álcool. Em todo o caso, fica pelo menos bem vincada a idéia da gravidade do pecado, que vem a ser a presunção e a leviandade.

Em presença das declarações expostas no manual das porções das ofertas animais e vegetais a conceder ao sacerdote, verifica-se não existir qualquer referência a ofertas de bebidas. Nada impede, todavia que as possamos admitir, que esta oferta de bebida seja derramada sobre o altar ou junto dele, sendo as sobras entregues ao sacerdote, como fazendo parte da sua porção, para serem tomadas à refeição logo **após** os atos do culto. A analogia da Páscoa (cf. Mt 26.29) vem confirmar esta opinião. Mas segundo a tradição judaica, as ofertas de bebidas eram derramadas no altar do holocausto (Êx 30.9), ou na base do altar (Eclesiástico 50.15), ou ainda parte no altar, parte na sua base.

A causa de tal determinação vem expressa no verso 10: **para fazer diferença entre o santo e o profano e entre o imundo e o limpo**, admitindo que aos sacerdotes competia observarem cuidadosamente todas as prescrições rituais da Lei, e ao mesmo tempo ensinarem aos filhos de Israel os mandamentos dessa mesma Lei. Cf. Dt 17.11; 24.8; 33.10; cf. Mq 3.11.

Quanto ao trágico fim que tiveram aqueles dois sacerdotes, convém frisar que pelo menos serviu para inculcar na mente de todos os israelitas, -- quer fossem sacerdotes, quer não, -- a infinita santidade de Deus, que os punha de sobreaviso contra qualquer presunção ou leviandade no cumprimento da lei do sacrifício, expressamente determinada nos primeiros sete capítulos do Levítico. Juntamente, serve-se Deus deste incidente para provar que não há homens indispensáveis, uma vez que reduziu à metade o número dos sacerdotes, já tão poucos para o culto do Santuário, onde alguns milhões de adoradores prestavam o seu culto ao Senhor. Mas a desobediência não agrada ao Deus, bondoso mas justo, que "das pedras pode suscitar filhos de Abraão".

E assim, com a narração deste acontecimento, termina a "lei do santuário". Passamos agora a considerar "a lei da vida quotidiana".

III. LEIS RELATIVAS À PURIFICAÇÃO (11.1 – 15.33)

Mais de uma centena de vezes deparamos nestes capítulos com o termo "imundo", no sentido de impuro ou profanado. Por outro lado, raramente ocorre a palavra "pecado", no sentido de crime ou maldade contra Deus. Qual a razão? Talvez para realçar mais o aspecto do que propriamente o lado moral de tais cerimônias, sem, no entanto, se considerar essa "imundície" como matéria de somenos importância, pois a desobediência a Deus constitui sempre pecado grave, quer o ato seja moral, quer simplesmente cerimonial. Imundo é oposto a santo; considera-se, nesse caso, "imundície" tudo o que repugna à santidade de Deus, seja uma mera cerimônia, como o tocar num cadáver, seja o crime mais hediondo contra a moral pública (cf. 18.20-25). Em muitos casos a imundície é transitória e podia durar apenas **até à tarde** (11.25); noutros requeria banhos apropriados e lavagem do vestuário. Noutros, ainda, exigia-se um determinado período de tempo e a apresentação duma oferta pelo pecado. Para se ser santo, era então indispensável sujeitar-se a cerimônias purificatórias.

Vejamos agora o número e a espécie de purificações exigidas pelas diferentes "imundícies" ou impurezas.

Levítico 11

a) Impureza devido aos animais (11.1-47)

1. A ABSTINÊNCIA DE CARNES (11.1-23). Cf. Dt 14.1-2 nota. De início enumeram-se as carnes dos animais que podem ou não comer-se, divididas em quatro espécies:

Quadrúpedes (2-8). Destes, os ruminantes de casco fendido eram os únicos que podiam comer-se; exceção feita para o camelo, o coelho, a lebre e o porco, se bem que rigorosamente o coelho e a lebre não sejam ruminantes, mas roedores. Como não se trata duma descrição de caráter

científico, apenas se quis indicar o que na prática se verifica, pois aqueles animais parecem que na realidade são ruminantes, por moverem alegremente as maxilas. Os animais limpos ou puros não são aqui mencionados (cf. Gn 7.2), mas apenas em Dt 14.4, onde, aos três animais domésticos vulgares -- o boi, a ovelha e a cabra -- se adicionam mais sete ruminantes selvagens. A maioria dos israelitas viam-se assim sujeitos a uma dieta rigorosa uma vez que não podiam comer todos os animais domésticos.

Peixes (9-12). Eram excluídos todos os que não tivessem barbatanas e escamas, como a lagosta, a enguia, todos os mariscos, etc.

Aves (13-19). Especificando quais as que não deveriam ser utilizadas na alimentação dos israelitas (**das aves estas abomináveis** - 13), citam-se umas vinte, incluindo várias espécies. Em Dt 14.11, embora resumidamente, determina-se com precisão: **"Toda a ave limpa comereis"**. E nada mais se acrescenta, a não ser uma lista idêntica à de Levítico. Incluindo nas aves limpas ou puras as pombas, as codornizes e os pardais, nada se diz a respeito dos ovos (cf. Dt 22.6 e segs.). É de notar que muitas daquelas aves são de rapina, e outras alimentam-se de cadáveres, como o milhano e o abutre, o que constituía especial motivo de repugnância.

Insetos (20-23). São todos os répteis que voam e que **andam sobre quatro pés** (20), quer dizer, andam como os quadrúpedes, embora na realidade a maioria dos chamados insetos se desloquem sobre seis patas, quando rastejam. Abre-se, todavia, uma exceção para quatro espécies de gafanhotos, distintos dos outros pelas longas patas adaptadas ao salto (21).

2. O CONTACTO FÍSICO COM OS ANIMAIS (11.24-42). A palavra "cadáver" e a expressão "estando eles mortos", que freqüentemente encontramos, dão a entender que se trata só de animais mortos, não se sabendo bem como proceder quanto ao contacto com animais vivos como o camelo e o burro, pois neste caso não constituiria imundície ou impureza. E foi a partir de alguns destes textos que resultou

noutros tempos uma cisão entre fariseus e saduceus, por considerarem estes últimos impureza o contacto com os animais, mesmo vivos. Os verso 29-38 vêm ampliar o que ficou dito de 20-23, onde apenas se aludia à proibição dum modo genérico e às exceções feitas aos répteis. Destes consideram-se oito espécies como abomináveis (29-30), e frisa-se, sobretudo, o contacto com os cadáveres, pois é certo que não serviam para comer.

Qualquer que os tocar, estando eles mortos, será imundo (31), mesmo que seja uma só partícula do cadáver (35-37). Mas compreende-se a proibição de comer a carne dos répteis, que se arrastavam sobre a terra (41), pela impureza que esse contacto podia trazer. Quanto ao termo invulgar "abominação" (**siqqus**) que aparece várias vezes neste capítulo, é de notar que se aplica ao uso dos peixes (10-12), das aves (13), dos insetos (20) e dos répteis (41 e 43), a confirmar que os verso 24-38 se referem à impureza ocasionada pelo contacto com os animais mortos, e que o verso 41 resume o capítulo das leis relativas à abstinência de carnes de animais.

3. A SANTIDADE DO POVO ESCOLHIDO (11.43-47). À lei que regula as relações entre os homens e os animais, segue-se uma outra de maior importância: **Porque eu sou o Senhor vosso Deus: portanto vós vos santificareis e sereis santos, porque eu sou santo... Porque eu sou o Senhor que vos faço subir da terra ao Egito, para que eu seja vosso Deus, e para que sejais santos, porque eu sou santo** (44-45). Cf. 1Pe 1.15-17. A importância da santidade relacionava-se, a princípio, com aquelas porções dos sacrifícios que pertenciam ao sacerdote e ao povo e ainda com o ritual da consagração de Arão e de seus filhos. Agora, porém, a imposição da santidade aplica-se sobretudo à vida quotidiana de todo o povo. Cf. 19.2; 20.7-8; 21.6-8,15,23; 22.9,16,32 onde se notam as mesmas ou outras proibições.

E a concluir, aponta-se a razão máxima das sanções anteriores: **Para fazer diferença entre o imundo e o limpo; e entre os animais que se podem comer e os animais que não se podem comer** (47). Cf.

20.25-26. A primeira parte refere-se à impureza pelo contacto com o que é impuro ou imundo, sobretudo quando desprovido de vida; a segunda relaciona-se com os seres vivos que, podendo servir de alimento, são no entanto proibidos pela Lei.

Levítico 12

b) Purificação do primogênito (12.1-8).

A propagação da espécie foi prescrita no Gn 1.28 e renovada a Noé depois do dilúvio (Gn 9.1). Sabemos ainda por Gn 11.11,13 etc. que os antepassados de Abraão cumpriram plenamente a ordem de Deus, que a todos abençoava, cumulando-os de abundantes graças (cf. Sl 127.3; 128.3 e segs.). Já que a esterilidade era considerada como uma maldição (Gn 30.24), impunham-se determinadas leis acerca das relações sexuais e dos parentescos. A única explicação plausível da aparente anomalia apresentada pela ordem da multiplicação da espécie, e a impureza a ela associada e que encontra a sua maior expressão na longa purificação exigida às mães depois de terem cumprido a alta função da maternidade, deve encontrar-se na queda do Paraíso e na maldição proferida contra a mulher após esse nefasto acontecimento. A dor e o sofrimento deviam acompanhar a bela missão da maternidade (Gn 3.16).

De Adão lemos: **E Adão viveu cento e trinta anos e gerou um filho à sua semelhança conforme à sua imagem** (Gn 5.3). Ora, quando se deu tal acontecimento, já Adão era uma criatura caída e pecaminosa e portanto sujeita àquela sentença terminante do Senhor: "No dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2.17). Por isso Adão e todos os seus descendentes mencionados em Gn 5 "morreram", exceção feita a Enoque.

Chegamos, pois, à conclusão de que o nascimento dum filho era, na realidade, um acontecimento de alegria e satisfação, mas ao mesmo tempo de grande responsabilidade, pois podia ser mais uma criatura destinada à morte eterna, se não se tornasse herdeiro da vida através da redenção que se operou em Cristo. É neste sentido que devem

interpretar-se as palavras de Davi: "Eis que em iniqüidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe" (Sl 51.5). Não que Davi quisesse referir-se à falta de virtudes de sua mãe, que poderia ter sido uma virtuosa esposa e exemplar mãe de família; o seu interesse era frisar o pecado original que lhe fora transmitido e que era a causa de todos os pecados de que tinha consciência na altura em que compôs o Salmo. Quer dizer, que segundo a lei, tudo o que se relacionasse com o parentesco ou com a descendência era considerado imundo ou impuro, impedindo fosse quem fosse de cumprir devidamente os seus deveres religiosos. Na realidade, o rigor com que são proibidas as abominações sexuais, incompatíveis com o culto de Deus (Êx 19.15; 20.26; Lv 15.16-18) é uma das características mais notáveis da religião de Israel, que a distinguem dos outros povos adoradores de falsos deuses, em cujo culto, por vezes, se exibiam os mais proeminentes ritos aliados a orgias sem par.

No caso do nascimento de um filho varão, e no que dizia respeito à vida íntima, a mãe ficava imunda ou impura durante oito dias, ou seja, até à altura da circuncisão da criança (cf. Gn 21.4). Seguiam-se mais trinta e três dias, em que lhe era vedada a participação em qualquer ato público do culto. Tratando-se duma fêmea, elevavam-se para o dobro aqueles períodos, sem no entanto se saber qual o motivo de tal decisão. Mas é possível que se admita as razões mencionadas acima. Não parece ser uma razão meramente física ou biológica. Seja como for, ao fim do tempo prescrito de 40 ou 80 dias devia a mãe oferecer, em holocausto, um cordeirinho de um ano, e ainda uma ave como oferta pelo pecado, ou então duas aves, sendo pobre. Cf. Lc 2.23-24. Já noutras ocasiões, -- sobretudo nas festas, – se utilizava um cordeirinho com determinada idade (cf. Êx 12.5; 29.38; Lv 9.3; 14.10, etc.). São de certa importância as palavras finais: **E assim o sacerdote por ela fará propiciação, e será limpa** (8).

Para os cristãos dos nossos dias tem esta lei um significado especial, pois devem considerar o matrimônio não apenas um mero contrato, mas um casamento "em Cristo" (1Co 7.39) para que sobre os

filhos venham a recair todas as promessas e bênçãos da aliança (1Co 7.14), tornando-os "limpos e puros". Não se diga, todavia, que o indispensável é que os filhos nasçam "sãos e escorreitos" e que se desenvolvam naturalmente. Não. Convém que os bons pais orem a Deus para que seus filhos possam "nascer de novo" e serem regenerados pelo Espírito Santo: e, por sua vez, ensiná-los e instruí-los nas leis do Senhor, o que é, sem dúvida, o mais importante de tudo.

Levítico 13

c) Purificação do leproso (13.1 – 14.57).

Tal como nos dois casos anteriores, considera-se aqui a lepra enquanto pode originar a impureza. Por isso se lhe chama muitas vezes "praga" ou "praga da lepra" (cf. 13.3), e todo o que for contagiado por ela, o sacerdote o **encerrará** fora do arraial (14.3), declarando-o **imundo** (3), até que se verifique a cura completa. Só assim afastado do convívio da sociedade poderia restabelecer-se. Note-se, contudo, que a par de minuciosas leis sobre o reconhecimento da lepra, e a distinção das outras doenças com que se podia confundir, nada se diz acerca do tratamento a aplicar a esta doença. Por esta razão, há quem pense que a doença era incurável e considerada como uma provação de Deus, e não uma aflição vulgar. Eram nos casos de Miriã (Nm 12.10-15), Geazi (2Rs 5.27) e Uzias (2Cr 26.19-23), na realidade invulgares, se bem que noutros as causas fossem bem diferentes. Por outro lado é curioso verificar que a lepra não se incluía nas doenças com que o Senhor castigava a apostasia, porque a ela se referem as expressões que davam a entender tratar-se de doença incurável (cf. Dt 28.27,35), ao contrário do que se afirma em 14.2 e segs.: **Esta será a lei do leproso no dia da sua purificação... Se a praga... for sarada...** (3). Não há dúvida, porém, que neste caso se trata duma aflição curável de indivíduos simplesmente suspeitos de lepra. Podia admitir-se ainda, que o referido cerimonial seria adotado em casos extremos e invulgares, como o de Miriã, em que miraculosamente se manifestou o poder de Deus, tanto na aplicação como na cura.

1. COMO RECONHECER A LEPRA (13.1-46). A par das múltiplas discussões travadas em torno destas leis, uma coisa era certa: não ser fácil distinguir a lepra de tantas outras doenças freqüentes nos israelitas. Ora, o não fazer-se alusão a qualquer dos sintomas hoje conhecidos, pode admitir-se que a lepra desses tempos fosse diferente da do tempo de Cristo, ou mesmo da Idade-Média. Mas convém saber, que estas leis visam apenas a descobrir a doença, logo após as suas primeiras manifestações, doença essa cuja natureza e conseqüências são apontadas a Moisés por Arão: "Não seja ela como um morto, que, saindo do ventre de sua mãe, tenha metade da sua carne já consumida" (Nm 12.12). Mas o fato, porém, de Moisés pedir a Deus que a curasse, não supõe que fosse esse o único meio de afastar o mal da lepra.

2. A LEPRA NO VESTUÁRIO (13.47-59). A lepra num vestido andava relacionada com a lepra do corpo, por ser de interesse imediato do povo. Nota-se também o cuidado com que se trata as possessões pessoais. Perante o público era, pois, necessário eliminar esse vestido, se bem que, por vezes, com certo sacrifício, quando o doente fosse pobre (Dt 24.10-13). Neste caso, porém, apenas a parte contaminada devia ser destruída (56). Quanto à "lepra roedora" (51.14-44) supõe-se ser de natureza mais perigosa, por ser profunda e não superficial. A palavra hebraica só aqui aparece e ainda em Ez 28.24 com referência a espinhos. Os LXX e a Vulgata traduziram a palavra pelo termo "persistente", e muitos comentadores supõem tratar-se duma espécie de fungo ou caruncho que atacava os vestidos e as casas.

Levítico 14

3. A PURIFICAÇÃO DO LEPROSO (14.1-32). O ritual desta purificação encontra-se bem expresso e em pormenor, fazendo lembrar em certos aspectos a consagração dos sacerdotes e o ritual do dia da expiação. Primeiramente o período da purificação prolongava-se por sete dias com cerimônias especiais no primeiro e no último dia. Era necessário rapar o cabelo (14.8-9; cf. Nm 8.7) e purificar-se com o

hissopo, tal como na Páscoa (14.4 e segs.; cf. Êx 12.22), juntamente com pau de cedro e carmesim, usados na água da purificação. A largada da ave **sobre a face do campo** (14.7) lembra o envio do bode expiatório para o deserto (16.21 e segs.), sem que, no entanto, haja qualquer relação entre um e outro.

O ritual do primeiro dia consistia em colocar-se o leproso fora do arraial, mas não para casa nem para o convívio dos parentes e dos amigos. Nada de sacrifícios, mormente cruentos. O indispensável era a purificação. Ao oitavo dia, porém, tinham lugar as ofertas: um cordeiro em oferta pela culpa, uma ovelha pelo pecado, e um outro cordeiro em holocausto. Sendo pobre o ofertante, os cordeiros poderiam ser substituídos por aves. O ritual do azeite é particularmente minucioso, pois devia ser colocado na orelha direita e nos polegares direitos da mão e do pé desses leprosos, sobre quem já correra o sangue da vítima aspergido pelo dedo do sacerdote sete vezes na presença do Senhor. O resto do azeite era derramado sobre a cabeça (cf. 8.23 e segs.). Tudo isto, não há dúvida, representa a consagração do leproso purificado ao serviço do Deus da Aliança. Sugere ainda uma certa analogia com a admissão (neste caso readmissão dum impuro, **isto é, dum gentio**) na comunidade de Israel, o Povo santo de Deus e ainda com a consagração dum israelita à sagrada missão de sacerdote mediador entre Israel e o seu Deus. Desde que o leproso se afastou por certo tempo da comunidade e do culto do santuário, que implicava o pagamento de dízimos e a oferta de sacrifícios, exige-se também uma nova oferta especial para expiação da culpa referente à sua falta neste respeito.

A ordem das ofertas é a seguinte: expiação pela culpa, oferta pelo pecado e holocausto. Quanto à oferta de manjares, apenas um décimo de flor de farinha para cada uma das ofertas ou dos três sacrifícios, já que o mesmo sucedia com a oferta do cordeiro (Nm 29.4; Êx 29.40).

Embora o leproso seja com freqüência considerado um "impuro" e não um pecador, apesar de ser a lepra um castigo pelo pecado, como sucedeu com Miriã, podemos talvez nestas minuciosas leis considerar a

terrível doença como um símbolo do pecado íntimo, origem de todos os males que afligem a humanidade. Se a morte é a maldição pronunciada por Deus contra o pecado e o contacto com a morte é prejudicial, então a doença, que lentamente vai consumindo a saúde, antecipando a morte, traz consigo uma certa corrupção, que em sentido médico pode ser infecciosa ou não. Não nos é lícito, em boa verdade afirmar que a alusão ao hissopo no Sl 51.7 pode referir-se à purificação da lepra, admitindo-se mesmo a hipótese de Davi se julgar, ele próprio, um leproso moral. Não é improvável, no entanto.

4. AS CASAS DOS LEPROSOS EM CANAÃ (14.33-57). Em face da influência que poderia vir a ter no futuro, era conveniente tratar-se separadamente das casas dos leprosos. Por isso se diz: "Quando tiverdes entrado na terra de Canaã" (14.34). Cf. 19.23; 23.10; 25.2. É que o Povo israelita habitava então em simples tendas e só mais tarde poderia ter possibilidades de construir as suas casas. Assim se explica o futuro do verbo no referido versículo: "... e eu enviar a praga da lepra a alguma casa" (34), implicando talvez uma espécie de praga sobrenatural que viria castigar os pecados dos seus habitantes. Mas é de notar que a Bíblia ignora freqüentemente as causas e os agentes secundários. O que logo à vista ressalta é o cuidado com a propriedade, a limpeza e a higiene, tal como sucedia com o vestuário, destruindo apenas o indispensável. Quanto ao ritual da purificação da casa, observam-se quase as mesmas cerimônias que deviam orientar a purificação do leproso, até que pudesse ser admitido na congregação de Israel.

Levítico 15

d) Purificação dos corpos (15.1-33).

Como este capítulo aborda problemas sexuais, deve por isso relacionar-se com o cap. 12 e interpretar-se à luz dos mesmos princípios. Há a considerar os casos normais e os anormais, embora em ambos se registre a impureza dos corpos. Mas nos primeiros, essa impureza perdura até ao pôr do sol, sendo afastada com lavagens, enquanto nos

segundos se prolonga por sete dias, após o total restabelecimento da saúde. Segue-se a oferta de duas aves, uma pelo pecado, outra em holocausto, quer se trate da impureza do homem, quer na mulher (14 e segs.; 29 e segs.; cf. 5.7-10). Em qualquer dos casos, todavia, o sacerdote fará **expiação** por meio de sacrifícios. E seja qual for a natureza da impureza, todo aquele que contatassem com pessoas ou coisas impuras purificar-se-ia por meio de banhos, lavando ao mesmo tempo os vestidos, mas seria "imundo" apenas até à tarde (22).

A Lei de Moisés refere-se ainda, a um certo número de doenças, não mencionadas aqui (cf. 26.16 e segs.; Dt 28.22 e segs.), talvez por não querer relacioná-las com a impureza. Quanto a outras deformidades físicas cf. 21.16 e segs.; Dt 23.1. As palavras **"assim separareis"** (31) supõe-se dizerem respeito às impurezas mencionadas no cap. 15, a julgar pelo que se segue nos verso 32 e segs. Mas podem apropriadamente aplicar-se a todas as impurezas a que fazem alusão os caps. 11-15.

Levítico 16

IV. O DIA DA EXPIAÇÃO (16.1-34)

O Dia da Expiação (23.27 e segs.; 25.9) era a mais importante de todas as cerimônias a que faz referência o livro do Levítico, por se tratar da expiação por **todos os** pecados de **toda** a congregação de Israel (cf. vv. 16-17,21-22,30,33). Neste sentido não se relacionava com os restantes ritos públicos e privados relativos ao culto de Israel. É mesmo de notar que este era o único dia em que se exigiam sacrifícios excepcionais: **afligireis as vossas almas** (29 e segs.; 23,27; Nm 29.7). Talvez a melhor tradução seja: **"humilhai-vos"**, já que a arrogância, o orgulho, a auto-suficiência eram desde o início, as características dos filhos de Israel (cf. Dt 8.2-3,16 onde se utiliza o mesmo vocábulo) pelos quais muitas vezes foram severamente castigados. A dor e o arrependimento internos manifestar-se-iam, portanto, através das privações exteriores no jejum, fazendo com que o Dia da Expiação se

distinguisse de todas as outras festas anuais, onde se permitiam todas as manifestações de alegria, como sucedia na Festa dos Tabernáculos (23.40; cf. Dt 12.7,12). Não admira, por conseguinte, que a introdução deste cerimonial no Levítico tenha um significado muito particular. E o fato de ser inserido neste local, e não em Lv 23, que descreve todas as festas legais, ou em Nm 28-29, que prescreve ofertas especiais para cada festa, parece dar a entender que na realidade se trata de um cerimonial invulgar e da maior importância, relacionado com as principais leis públicas destinadas ao Povo escolhido. Por outro lado, como muitas outras prescrições, é colocado no devido ambiente histórico, neste caso a morte de Nadabe e Abiú pelo sacrilégio que cometeram (1). De fato, vários comentadores consideram as primeiras palavras deste capítulo como intimamente ligadas ao cap. 10, chegando mesmo a supor uma intercalação os caps. 11-15. Sendo assim, dificilmente se compreenderia por que motivo aquela intercalação só abrange esses capítulos e não inclui também os caps. 17-22, onde os elementos morais predominam, sem serem, contudo, esquecidas as cerimônias do culto.

Seja como for, não podemos deixar de admitir neste capítulo alusão a dois acontecimentos: especiais determinações a Arão e aos sacerdotes (cf. Nm 4.17 e segs.) para que evitem o sacrilégio e assim fujam às suas terríveis conseqüências, em segundo lugar, normas a que todo o povo deve obedecer. Assim, a graça de Deus, que de bom grado aceita a expiação pelos pecados de ignorância e fragilidade humana, é posta em evidência mesmo antes de se mencionarem os mais hediondos crimes. Quanto aos pecados imperdoáveis, que só merecem expulsão da comunidade ou até a morte, esses aparecem em toda a sua abjeção e torpeza à luz daquela palavra "todos" que por sete vezes se encontra neste capítulo (cf. cap. 20). O essencial é frisar que tais crimes, como os da presunção e da auto-suficiência, vêm provar que não são verdadeiros israelitas aqueles que os praticam, não passando de leprosos morais indignos das misericórdias e das bênçãos do Senhor prometidas a Abraão e a Moisés. Apesar de diferentes interpretações apresentadas pelo

judaísmo rabínico, não pode considerar-se esta expiação como eterna lei a adotar por todos os crentes, pois foi completamente exterminada a geração que no deserto desobedeceu ao Senhor (cf. Hb 10.28). Seja qual for a explicação, a posição deste capítulo tem um significado importante.

a) A preparação de Arão (16.1-10).

Dize a Arão, teu irmão (2). Cf. Êx 28.1 e segs. É evidente que a escolha de Arão para este alto ministério foi devida, em princípio, ao seu parentesco com Moisés (Êx 4.14) por ser, por assim dizer, o "profeta" deste patriarca. Foi ainda a intercessão de Moisés que salvou Arão após o pecado do bezerro de ouro (Dt 9.20). A Bíblia ora reconhece (Gn 21.13), ora ignora os parentescos humanos (Êx 32.27). Já que Arão e seus filhos são mencionados cerca de 60 vezes em Levítico, as palavras **Arão, teu irmão** podem indicar a atenção e o carinho com que devia ser tratado, **para que não morra** (2). Difícil, pois, de explicar as incompreensões geradas em torno do caso Miriã narrado em Nm 12.1 e segs. O **Santuário** (2) era o Santo dos Santos, conforme se depreende das palavras **para dentro do Véu** (2; cf. vv. 3,16-17,20,27). Cada um dos sacrifícios descritos nos caps. 1-4 encontra-se incluído nesta proibição. Sendo uma grande parte do ritual dos sacrifícios realizados no pátio, apenas se abria uma exceção para o sangue das vítimas, que era conduzido para o Santo dos Santos. É esta cerimônia que se descreve em toda a sua extensão, para a qual Arão tinha de lavar-se e só depois se revestia da indumentária de linho, como símbolo da pureza, em substituição do vestuário usual próprio do Sumo-Sacerdote. De duas espécies eram os sacrifícios: por ele e pelos filhos, um bezerro em oferta pelo pecado e um carneiro em holocausto; pelo povo, dois bodes em oferta pelo pecado e um carneiro em holocausto.

Os vv. 6-10 resumem sumariamente o destino a dar-se às vítimas, sobretudo ao bezerro e aos bodes, que serão apresentados perante o Senhor, lançando-se em seguida as sortes sobre os dois bodes.

b) O sacrifício pelos sacerdotes (16.11-14).

Estes versículos descrevem o ritual para a apresentação do novilho, que levaria até à presença do Senhor.

E fará expiação por si e pela sua casa (11). Aparentemente referem-se estas palavras à imposição das mãos, quer na pessoa de Arão, como representante dos filhos quer na pessoa dos próprios filhos. A Arão pertencia, no entanto, tomar o incensário com brasas do altar do holocausto e duas mãos cheias de incenso. E a nuvem desse incenso seria de modo a cobrir o propiciatório **para que não morra** (13). O sangue seria aspergido com o dedo sobre a face do Propiciatório e na parte dianteira do mesmo, por sete vezes.

c) O sacrifício pelo povo (16.15-19).

Segue-se o ritual do sacrifício do bode pelos pecados do povo. Em princípio, parece que a nuvem de incenso era suficiente para ambos os sacrifícios, pois o sangue da vítima era preparado do mesmo modo. Mas o motivo principal é largamente exposto no verso 16: "Assim fará Arão expiação pelo Santuário por causa das imundícies dos Filhos de Israel e das suas transgressões". E isto, porque foram os seus pecados que o macularam. Logo, a purificação devia incluir toda a tenda da congregação e o Altar dos holocaustos (20).

d) O bode expiatório (16.20-22).

Nos vv. 8-10 se faz alusão ao **bode vivo** (20). Enquanto uma versão traduz estas palavras por "bode expiatório", outra conserva o original hebraico "Azazel". Quanto à primeira, convém frisar que é na realidade a mais antiga e a mais corrente, por ser também adotada pelos LXX e pela Vulgata, que supõe o vocábulo "azazel" derivado da raiz **azal**, com o significado de "afastar". Por isso se lhe chama também "bode emissário", sempre relacionando a idéia de afastamento da culpa com a da expiação pelo pecado. Assim se interpretam as palavras do Sl 103.12: "Quanto está longe o oriente do ocidente, assim afasta de nós as

nossas transgressões". É este ainda o significado indicado pela ênfase acentuada pelas palavras **enviá-lo** (10), **deserto** (21), **terra solitária** (22). A versão que conserva o termo hebraico "Azazel" dá a entender que se trata dum nome próprio, pois supõe um contraste entre "para ser bode emissário (Azazel)" (10) e "pelo Senhor" (9). Se se admitir, porém, que esse é o nome dum famoso demônio do deserto ou um dos muitos epítetos de Satanás, é de estranhar que em toda a Bíblia tal vocábulo apareça apenas uma vez e nestes textos. E, se considerarmos uma alusão a um demônio muito temido pelos israelitas, que exercia sobre eles uma influência poderosa e, portanto, precisava ser apaziguado, é difícil de compreender por que se preocupavam, se se afastava para tão longe esse ser ameaçador, especialmente quando o povo se dirigia para a Palestina. O pecado é um fator, não remoto, mas sempre presente na vida do homem (Gn 4.7). Além disso, a idéia da expiação pelo pecado, envolvendo resgate ou sacrifícios a Satanás, ou a outro demônio desconhecido do deserto, não é de considerar-se, e muito menos a idéia do bode levar ao demônio notícias de que se fez expiação pelos pecados. Compare-se 17.7 onde se proíbe expressamente todo e qualquer culto a prestar aos sátiros ou aos demônios. Há necessidade, pois, de considerar devidamente a interpretação a dar aos textos sagrados.

e) Sacrifícios finais (16.23-28).

Depois de cumpridas aquelas formalidades no Santo dos Santos, Arão teria de despir os ornamentos de linho, tomar novo banho, e então envergar a indumentária habitual de Sumo-Sacerdote, que tão profusamente vem descrita no Êxodo, como sendo "para glória e ornamento" (Êx 28.2). Só depois iria ao Santuário completar o ritual no pátio exterior, onde oferecia o último sacrifício em holocausto pelo povo, queimando a gordura da expiação do pecado sobre o altar. Quanto ao destino a dar ao sangue da vítima seguiam-se as cerimônias já estabelecidas.

f) Outras instruções (16.29-34).

Este dia especialíssimo **será por estatuto perpétuo** (29), celebrando-se **uma vez no ano** (34) no décimo dia do sétimo mês. É pelo Santuário, pelos sacerdotes que ali exerciam o seu ministério e ainda para expiação dos pecados de todos os filhos de Israel (34). Pela primeira vez no Levítico deparamos no verso 29 com a palavra **estrangeiro** (**ger.** Cf. Dt 1.16 nota). Se bem que não tomasse parte neste rito nacional, devia, no entanto, o estrangeiro, assim como o natural, sujeitar-se às exigências dos regulamentos internos, (cf. Êx 12.19,48 e segs.). O Decálogo e o livro da Aliança também reconhecem a presença destes "estrangeiros", obrigando-os a conformar-se a muitos dos costumes e leis de Israel, em presença dos numerosos privilégios de que gozavam (cf. 17.8 e segs.).

Observando que **fez Arão como o Senhor ordenara a Moisés** (34; cf. 24.23), podemos talvez concluir, que a apostasia nacional em Kadesh não se verificou antes de terminado o primeiro dia da expiação, levando-nos a supor que também não se registrou durante o longo período da travessia do deserto. São três os motivos: primeiramente, a exclusão da terra era o castigo por não querer o povo tomar posse da terra, pelo que só foi punida a geração que transgrediu; em segundo lugar, a circuncisão não se praticou durante o período da travessia do deserto (Js 5.1-9), embora fosse um sinal indispensável da Aliança (Gn 17.9-14); por último, no dizer de Am 5.25 e segs., Israel afastou-se da idolatria durante este período (cf. At 7.42-43).

Em presença da importância extraordinária deste dia – os Judeus chamavam-lhe "o Dia" (**yoma**) – é curioso notar-se que no Velho Testamento, se excetuarmos talvez Is 58.3, por ser uma referência em geral a mais, não encontramos qualquer referência a tão insigne solenidade. É difícil, no entanto, explicar tal silêncio, sobretudo em presença dos acontecimentos narrados em 1Rs 8.65 e segs.; Ed 3.1-6; Ne 8, todos de importância excepcional e todos decorridos no sétimo mês pela mesma altura do Dia da Expiação. Mas note-se que o Velho

Testamento apenas se refere a quatro páscoas no decurso de um milênio, a de Josué, a de Ezequias, a de Josias e a de Esdras. Mais ainda, que desde o tempo da renovação da Aliança no tempo de Josué não há qualquer alusão ao rito da circuncisão, a não ser que o deduzamos como no caso dos filisteus, ou o tomemos em sentido figurado, como em Jr 6.10; 9.26. O argumento do silêncio e a ausência de alusões à cerimônia, na realidade provam que ainda não era conhecida, e que só passou a realizar-se no tempo de Esdras e Neemias, o que não admitimos.

Ora, os sacrifícios deste dia são os únicos que se relacionam diretamente com a Arca, pois o sangue das ofertas pelos pecados de Arão e do povo devia ser aspergido sobre o Propiciatório (heb. **Kapporeth**), que era o lugar por excelência da expiação. Até Jeremias prevê a altura em que a Arca seria esquecida (3.16), e nós sabemos que após o cativeiro de Babilônia a Arca não foi reconduzida juntamente com os outros vasos sagrados. Como no templo de Herodes se notava a ausência da Arca, somos levados a supor que o cerimonial do Dia da Expiação é da antiguidade indicada no Levítico, isto é, nos tempos de Moisés.

É de acentuar que, enquanto o Velho Testamento praticamente nada diz acerca da celebração pós-mosaica deste rito importantíssimo, o autor da Epístola aos Hebreus representa-o como símbolo da obra expiatória de Cristo (caps. 9 e 10), de ambos os modos em semelhança e contraste. Só o Sumo-Sacerdote podia entrar no Santo dos Santos "uma vez por ano" (9.7) a fim de oferecer sacrifícios por si próprio e pelo povo. Assim o Senhor Jesus entrou "uma vez" (9.12,26; 10.12-14) no Santuário celeste oferecendo o Seu sangue, não por Ele, mas apenas pelos pecados dos outros, e, tendo ainda conseguido uma eterna redenção por meio desse Seu sangue, voltará um dia de novo para abençoar os crentes por Ele remidos.

Desde que a destruição do Templo (por Nabucodonosor e mais tarde por Tito) e a perda da Arca tornaram impossível a prática do ritual do sacrifício, que é o que particularmente se acentua, não só neste capítulo de Levítico, mas também na Epístola aos Hebreus, os Judeus

viram-se forçados a considerar o mandamento "afligireis as vossas almas" (Lv 16.29-31) como se se tratasse de arrependimento, restituição, boas obras, e até o sofrimento, como a única "expiação" exigida por Deus pelos pecados de todos e cada um dos judeus. Por isso as palavras "sem derramamento de sangue não há remissão", (Hb 9.22) com as quais se resume o significado do ritual dos sacrifícios do Velho Testamento, ritual esse que, segundo a Lei, tinha a sua máxima representação no Dia da Expiação e, segundo o Evangelho, a consumação na Cruz, tornou-se letra morta para os judeus atuais, tal como para os unitários, precisamente por causa da cruz, cujo símbolo era o Propiciatório da Arca. É que a Cruz constitui para eles um mistério e ao mesmo tempo uma pedra de escândalo.

Levítico 17

V. LOCAL DO SACRIFÍCIO E SANTIDADE DO SANGUE (17.1-16)

Durante muitos anos foi freqüente em várias escolas críticas considerar-se os capítulos 17—24 como um caso a parte dentro do Levítico, a que poderia dar-se o nome "Código da Santidade". A ser assim, desapareceria a íntima relação, que é evidente entre os caps. 16 e 17 e ainda entre o 17 e o manual do sacrifício nos caps. 1—7. Não falando dos caps. 18—26, o 17 relaciona-se, provavelmente, com o precedente. Pode, na realidade, considerar-se um suplemento climático, mas no sentido de conclusão à primeira parte do Levítico.

Já que o dia da expiação manifestava num grau máximo o significado do sacrifício na vida do Povo escolhido, frisando a santidade do sangue por ser levado nesse dia ao Santo dos Santos, onde era espalhado sobre a Arca da Aliança para obter remissão dos pecados do povo, compreende-se que neste capítulo se dê particular atenção aos dois aspectos do sacrifício, que especialmente dizem respeito a todo o povo.

São categóricas as primeiras palavras: **Esta é a palavra que o Senhor ordenou** (2). Cf. 8.5; 9.6.

Qualquer homem da casa de Israel (3). Repare-se como a aplicação da lei de ser universal (cf. vv. 8,10,13). **Degolar** (3). É o mesmo verbo que aparece em 1.5, com o sentido de abater para ser sacrificado, referindo-se em especial aos animais domésticos, que para este fim eram utilizados, quando os levavam até à porta do Tabernáculo e aí os ofereciam como oferta de paz. E assim ao povo não faltava a carne para o seu alimento, e mais uma vez se dava a entender que o Senhor tinha o direito de propriedade sobre todas as criaturas, ali representadas pelos animais que Lhe eram oferecidos. Havia ainda a impedir não só a utilização do sangue como alimento (10 e segs.), mas ainda o sacrifício dos animais ao ar livre "sobre a face do campo" (5), para não dar a impressão que o faziam em honra dos "bodes" ou sátiros, num ato de idolatria (19.4; 26.1-30), geralmente acompanhado de ritos licenciosos (7). Cf. Êx 34.15 e segs.; Lv 20.5 e segs. Isto vem-nos lembrar, que tais práticas de idolatria eram freqüentes entre os israelitas no tempo do Êxodo, provavelmente adquiridas no Egito. O culto do deus Pan desenvolveu-se, como sabemos, na antiga Grécia e mais tarde em Roma. Por conseguinte, a lei em questão não visava em princípio apenas a proibir aos israelitas alimentar-se dos animais que ofereciam ao Senhor, mas sobretudo oferecê-los, na realidade, a Deus, e não sacrificá-los aos "demônios", aos "bodes" ou "sátiros". Era a substituição dum ato de verdadeiro culto por uma idolatria pagã e sensual. Por último, vem tal ato demonstrar a influência da religião egípcia na vida dos israelitas.

Isto ser-lhes-á por estatuto perpétuo (7). No seu aspecto negativo, a proibição de comer sangue e de proceder a cerimônias de idolatria, era uma lei irrevogável dentro da Lei de Moisés. Pelo lado positivo, foi mais tarde modificada pelo próprio Moisés de acordo com as novas exigências resultantes da fixação do povo na Terra Prometida (Dt 12.20-24), sem que todavia se registrasse qualquer alteração no espírito da Lei, embora houvesse uma ligeira modificação na letra. A diferença entre o Levítico e o Deuteronômio vem provar apenas que a primeira lei precede a segunda, e não vice-versa.

Os vv. 8-9 referem-se a um gênero de "morte" da vítima, que já é um ato do culto, supondo "holocausto" como oferta de paz (cf. 5), embora parte alguma da vítima fosse usada como alimento.

Eu... a extirparei (10). Geralmente emprega-se a forma passiva (cf. vv. 4,9,14; 7.20-21,27). Aqui a ativa, como em 20.3-6, tem sentido reforçado, a insinuar que é Deus quem realmente procede a esse ato de extermínio. A santidade do sangue já vem de longe, precisamente do tempo de Noé: "A carne, porém, com sua vida, isto é, com seu sangue, não comereis" (Gn 9.4). Neste capítulo frisa-se bem que a vida do animal se encontra no sangue (vv. 11 e 14) cuja santidade deriva do fato de Deus o exigir como meio de expiação pelo pecado, a apresentar no altar do Senhor. Portanto, mesmo no caso de animais impróprios para o sacrifício, deve o sangue ser tratado com certa reverência, sendo derramado e coberto com pó (13). Cf. Dt 12.16, nota. Nos vv. 15-16 abre-se uma exceção para quem comesse carne com sangue por ignorância, dando origem a uma impureza que terminava "à tarde", após os banhos rituais.

Poderemos ainda acrescentar que os judeus atuais perderam o significado primitivo do ritual do sacrifício, mas seguem ainda a tradição de considerar o sangue como sagrado, por representar a vida, e não pela razão exposta no Antigo Testamento, relacionada com a expiação pelo pecado. O autêntico judeu só come a carne **Kosher**, isto é, "bem" preparada.

VI. PECADOS CONTRA A LEI MORAL (18.1 – 20.27)

Levítico 18

a) Casamentos ilícitos e uniões abomináveis (18.1-30)

É bem explícita a introdução (1-5), dirigida a todo o povo que vai agora passar a observar os mandamentos do Senhor, sem atender às práticas religiosas do Egito, que deixara, ou aos costumes da nova terra de Canaã, que ia passar a habitar. A sua única regra de conduta será a

palavra de Deus, que em troca da obediência concederá a vida (cf. Dt 30.15-20). Sabe-se que as uniões abomináveis aqui expressas eram freqüentes entre os egípcios e outros povos da antiguidade, e é curioso registrar, que uma grande parte das modernas leis relativas ao casamento encontra a sua origem neste capítulo do Levítico. E por que se exigiam tantas restrições ao Povo escolhido? Apenas porque o Legislador o determinara: **Eu sou o Senhor vosso Deus** (2).

O princípio básico encontra-se no verso 6: **Nenhum homem se chegará a qualquer parenta da sua carne** (literalmente: "carne da sua carne"). A consangüinidade e a afinidade, tão freqüentemente repetida (verso 12 e segs.; cf. 20.19) é apresentada com expressões diferentes: **ela é tua mãe** (7), **a nudez da mulher de teu pai** (8), **é a tua nudez** (10). A expressão: **na sua vida** (18) leva-nos a supor que as palavras "descobrir a nudez" se referem na realidade ao casamento. Qualquer espécie de adultério ou de prostituição tem, portanto, de ser condenada como tal (Dt 22.13-30). Por outro lado, o uso desta expressão em vez da frase usual "tomar esposa" ou "casar" talvez sirva para salientar que aqui e no capítulo 20 se faz alusão a uniões que não podem formar verdadeiros matrimônios, uma vez que se fundam em paixões desordenadas e não na santa e natural afeição entre duas criaturas.

O princípio em que se baseiam tais proibições, não há dúvida, é única e simplesmente o parentesco, que torna antinaturais ou inconvenientes aquelas familiaridades, donde podem resultar ou a esterilidade ou o nascimento de filhos enfermiços ou defeituosos. A proibição que, no entanto, tem originado mais controvérsias é a do casamento com a irmã da esposa falecida, sendo apenas há muito pouco tempo introduzida nas leis de alguns países. O sentido da lei é bem expresso: as palavras "para afligi-la" (18), como sendo uma rival ou esposa de segundo plano, e tendo em conta a parte final "na sua vida" (18) indicam que tal casamento não é excluído por questões de afinidade, mas torna-se legal após a morte da esposa. Compreende-se que assim seja para impedir que o homem, aborrecendo a esposa, venha a casar

com a irmã desta, tentação que facilmente podia resultar de certas intimidades da vida familiar. Repare-se que só num caso se recorre às leis da moralidade nestas práticas severamente proibidas (17).

O verso 19 parece referir-se ao contrato e à consumação do matrimônio. Cf. 20.18; 15.24.

Segue-se a enumeração de vários crimes hediondos (20-23). O adultério mancha a santidade do lar, pois implica a transgressão de dois dos Dez Mandamentos (Êx 20.14,17) e tende a abalar os fundamentos da sociedade.

E da tua semente não darás para a fazer passar pele fogo perante Moloque (21). Refere-se esta proibição à prática horrorosa de certos pais que impiedosamente sacrificavam os filhos, tornando-se desse modo réus dum crime imperdoável (cf. 20.2-5), **profanando** o nome de Deus. Considerados como **abominação** e **confusão**, seguem-se outros pecados monstruosos e antinaturais (22-23). Muitos deles, segundo revela a História, eram praticados por alguns povos cultos da antiguidade.

Os vv. 24-30 encerram uma conclusão das práticas pagãs que Israel deveria evitar, apesar de serem freqüentes entre os cananeus, esse povo que iria ser expulso para dar lugar aos israelitas, depois de serem devidamente castigados pelos seus inúmeros pecados.

Que eu lanço (24). Melhor: "Que estou lançando" ou "que vou lançar", indicando futuro próximo. Os verbos dos vv. 25-27, talvez com mais propriedade os pudéssemos traduzir no passado, sobretudo em face do verso 28: "como vomitou a gente que nela estava antes de vós". Algumas versões como a Septuaginta e a Vulgata preferem esta última hipótese, se bem que os massoretas se inclinem mais para acentuar a última sílaba do verbo, dando-lhe assim a idéia de futuro. É talvez preferível a primeira opinião, embora a segunda não seja desprovida de fundamento, especialmente se lhe dermos o sentido de aviso para o futuro. O fato de dez povos ocuparem a terra no tempo de Abraão (Gn 15.19 e segs.) pode querer significar que durante séculos foi motivo de

contendas incessantes, não permitindo que os seus habitantes vivessem em paz, o que não é improvável, se atendermos à posição geográfica dessa região entre a Ásia e a África, sempre exposta à invasão dos inimigos. As palavras "a medida da injustiça dos Amorreus não está ainda cheia" (Gn 15.16) devem supor muitos crimes praticados no passado, a que se seguiram castigos adequados: a fome, a peste, a espada, os animais ferozes (Lv 26; cf. Ez 14.21) talvez já tivessem reduzido a população. Não deve, pois, haver qualquer espécie de exagero nas notícias apresentadas pelos espias: "uma terra que consome os seus habitantes" (Nm 13.32). Os termos "comer" e "vomitar" devem supor catástrofes que dizimavam as populações, obrigando muitos a seguirem o caminho do exílio. Por duras que fossem, não passavam, no entanto, essas provações dum símbolo do que iria afligir os cananeus, e os próprios israelitas, se estes porventura viessem a seguir as práticas pagãs daquele povo. Se alguém se escandalizar ou não compreender a ordem de extermínio dada pelo Senhor, considerando-a demasiado severa para com aquele povo, repare na razão que insistentemente se nos depara neste capítulo: **Eu sou o Senhor vosso Deus** (vv. 2,4-5,21,30).

Levítico 19

b) Uma coleção de diversas leis (19.1-37).

São tantas e tão variadas estas leis, que difícil se torna agrupá-las ou classificá-las. Logo de início descobrimos esta exortação: **Santos sereis, porque Eu o Senhor vosso Deus, sou santo** (29), e quinze vezes se repete no capítulo o estribilho: **Eu sou o Senhor (vosso Deus)**. Estas leis são de caráter ritual e moral, e as últimas, sobretudo, dizem particular respeito ao Decálogo. Assim os vv. 3-4 relacionam-se com o quinto, quarto e segundo mandamentos do Decálogo. O respeito pelos pais, a guarda do sábado e o desprezo pela idolatria surgem em primeiro lugar pela sua particular importância. É curiosa e invulgar a maneira de introduzir a primeira daquelas três leis: "Cada um temerá a sua mãe e o seu pai" (cf. 21.11). Este temor é tomado em sentido de "reverência",

como se depreende do verso 30, onde se fala em reverenciar o Santuário. Cf. Dt 6, onde o "amor de Deus" (5) é precedido (2) e seguido (13) pelo "temor do Senhor". O Levítico não alude ao "amor do Senhor"; apenas ao do próximo em 19.18,34. Mas é de ver que aquele mandamento primordial vem expresso no Decálogo (Êx 20.6) e é freqüente em Deuteronômio.

Os vv. 5-8 tratam do comer a carne das ofertas da paz (cf. 7.15-18). A lei relativa aos "rabiscos" no campo (9-10) vem compendiada na segunda tábua do Decálogo, por se relacionar com o amor ao próximo (cf. 23.22; Dt 24.19-22). Os vv. 11-12 vão entroncar no oitavo e nono mandamentos. Os vv. 13-14 relacionam-se também intimamente com o oitavo mandamento, pelo princípio de humanidade e respeito pelo próximo. Os verso 15-16 são uma exposição do nono mandamento. Finalmente, no décimo, reúnem-se os vv. 17-18, que terminam com estas palavras num epílogo da segunda tábua: **Amarás o teu próximo como a ti mesmo** (18). Por "próximo" entende-se aqui o Povo israelita, como o dão a perceber as palavras anteriores **filhos do teu povo**. Mas em Êx 3.22 não é bem esse o sentido, pois as condições no Egito eram diferentes, das que Israel iria passar a ter como povo separado, livre e organizado em Canaã. O vocábulo começa agora a ter um sentido mais amplo, como se verifica no verso 34, onde a lei do amor se estende a todo o **estrangeiro** (**ger**). Este fato é lindamente exemplificado pela escolha que Jesus fez do Samaritano para determinar o significado e a finalidade do vocábulo **próximo** (Lc 10.33). Cf. Dt 10.18 nota e Lv 25.35-55. Quanto aos vv. 19-37, que começam e terminam com uma exortação à obediência, não será descabido supormos que houve intenção em frisar a dependência de Deus em que todos nos encontram. Por isso a lei da separação, relacionada com a santidade, vai aplicar-se à criação do gado, ao lançamento da semente à terra, à confecção do vestuário (19) e até à plantação das árvores de fruto (23-25). Cf. Dt 22.9-11. Entretanto, surge uma lei a castigar o senhor que cometer pecado, por violar a sua escrava (20-22). Quanto à primeira destas proibições,

relativas à criação do gado, provavelmente muar, convém frisar que as mulas devem ser consideradas como importadas do estrangeiro, e só começam a ser mencionadas no tempo de Davi (1Rs 10.25). Os vv. 26-28 apontam diversas práticas pagãs dignas de serem condenadas, tal como o verso 31 e talvez o 29, em que a prostituição devia ser também de origem pagã. Por outro lado o verso 30, incutindo o respeito pelo Sábado e pelo Santuário, relacionado ainda com o verso 3, devia associar-se mais com o 32. A lei do estrangeiro (33-34) é o complemento dos vv. 17-18 explicando a finalidade da lei já exposta. Os vv. 35-36 relacionam-se com o oitavo mandamento e o capítulo acaba com aquela espécie de estribilho, tantas vezes repetido: **Eu sou o Senhor vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito** (36). Cf. 11.46; 22.33; Dt 5.15.

Levítico 20

c) Diversas leis respeitantes a outros crimes hediondos (20.1-27).

A primeira palavra do verso 2 "**também**" liga este ao capítulo anterior. Severos castigos estão reservados aos que prestam culto a Moloque já anteriormente mencionado (18.21), esse monstruoso deus dos amonitas (1Rs 11.7), cujo nome contém as mesmas consoantes que a palavra "rei", (**melek**) que, combinadas com as vogais do vocábulo **bosheth** ("vergonha"), forma o nome de Moloque, que passa a ser considerado um substantivo comum, quando precedido do artigo. Esta forma de idolatria era particularmente repelente, porque exigia sacrifícios humanos, em especial o de crianças, que eram oferecidas ao ídolo. Desconhece-se a natureza destes sacrifícios; todavia, que a vítima era abatida e depois queimada em holocausto; finalmente, há quem ache que fosse realmente queimada viva. A existência dos sacrifícios humanos é expressamente indicada em: Sl 106.38; Jr 7.31; 19.4 e segs.; Ez 23.37-39; Mq 6.7. E é muito possível também que se refere a prática dos fenícios, – que colocavam as crianças nos braços do ídolo, para que o fogo as consumisse. O Dt 12.31 supõe que esta horrível prática não se limitava a um único deus, mas era geral entre os cananeus. O castigo

para tão grave pecado era o apedrejamento. As palavras "contaminar o Meu Santuário e profanar o Meu santo Nome" (3) indicam que esta ação não só era horrífica em si própria, mas um desafio intencional aos direitos exclusivos de Jeová, como Deus da Aliança de Israel, que exige o culto do Seu Povo. E se este O não quer reconhecer, será severamente castigado, juntamente com "todos os que se prostituem após ele" (5).

Os meios de que os povos circunvizinhos de Israel se serviam para indagar e, se possível, adivinhar ou controlar o futuro são condenados e o castigo é o mesmo: a separação da comunidade (6). Cf. 19.31. O **médium** ou "espírito adivinho" era punido com a morte (27). Cf. Êx 22.18. As palavras "para se prostituir" (6) ligam este pecado ao relatado no verso 2.5; e tanto assim, que em Dt 18.9-14 ambos se encontram incluídos entre os meios de adivinhar o futuro.

Os vv. 7-8 contêm uma solene exortação à santidade (cf. 18.1-5; 19.1-2) e ao cumprimento dos mandamentos de Deus, que precedem e seguem essa exortação. Comparando o verso 9 com 19.3, fácil é concluir que os vv. 9-21 falem de novos crimes hediondos a que já se fizera alusão nos caps. 18--19. A maldição do pai ou da mãe é, na realidade, uma grave violação do quinto mandamento. O adultério, o incesto, os vícios contra a natureza, a bestialidade são punidos com a maior das severidades. Se a frase **descobrir a nudez**, freqüente no cap. 18, aparece aqui sete vezes e não noutros lugares do Pentateuco, é só para indicar a íntima relação existente entre estes dois textos. Variadas são as penas: **certamente morrerá** (10-15); **o apedrejará com pedras** (verso 2,27; cf. 24.14 e segs.); **queimarão com fogo** (14; cf. 21.9); **serão extirpados** (17-18); **levarão a sua iniqüidade; seu pecado sobre si levarão: morrerão sem filhos** (20); **sem filhos ficarão** (21). E a terminar, repare-se nas palavras com que se descrevem estes crimes: **fizeram confusão** (12); **fizeram abominação** (13); **maldade** (14); **imundície** (21).

Os vv. 22-26 lembram aos israelitas que as monstruosidades acima descritas, eram cometidas pelo povo, cuja terra iriam possuir, terra essa que "vomitaria" os seus habitantes (cf. 18.25), e que outro tanto faria aos

israelitas, se as praticassem também (cf. 18.28). Mas essa terra estava-lhes reservada como herança (24), e o povo de Deus devia ser separado dos cananeus por meio daquelas purificações e leis da dieta, que descreve o cap. 11. Visto que o comer e o beber faziam parte integrante da vida quotidiana do povo, e fazendo dos vv. 22-26 uma espécie de conclusão ao grande corpo das leis, tanto cerimoniais como morais, que o povo devia observar, é de admitir uma certa conexão com o cap. 11.

Para serdes Meus (26) – eis um breve resumo do objetivo de toda a Lei. Se quer pertencer ao Senhor, o povo tem de cumprir rigorosamente a Sua Lei.

O verso 27 é uma aplicação do verso 6, com insistência no gênero de morte a infligir aos adivinhos (2). Cf. 24.14 e segs. Voltando assim ao mesmo assunto, frisa-se a hediondez do pecado (cf. Dt 18.9-14) que implica idolatria, e Israel tem de banir a todo o custo o culto dos deuses pagãos.

VII. INSTRUÇÕES PARA OS SACERDOTES (21.1 – 22.33)

Levítico 21

a) Os sacerdotes devem ser Santos (21.1-9).

Se o povo devia afastar-se do pecado, que dizer dos sacerdotes? "Não se contaminarão" (21.1-4); "não profanarão o nome do seu Deus" (6); "serão santos" (6) e deverão ser tratados como tais (8). E por quê? Porque acima de tudo o sacerdote é **príncipe entre os seus povos** (4) e **oferece as ofertas queimadas ao Senhor** (6). É esta a sua principal missão, tantas vezes focada naquela expressão: **O pão do seu Deus** (vv. 6,8,17,21-22; cf. 22.25; 3.11,16).

Menciona-se, em primeiro lugar, a impureza derivada do contacto com os mortos, exceção feita para os parentes, fossem eles pai, mãe, irmão, filho ou filha. A morte, sendo o castigo do pecado, contamina pelo contacto. Da esposa nada se diz, como a salientar a situação privilegiada perante o homem, de quem não é apenas "parente chegada" (2), mas algo mais, pois com ele forma "uma só carne" (Gn 2.24). É

desnecessária, pois, qualquer alusão à fiel companheira do marido. A ordem para se evitarem as práticas pagãs tanto se aplica aos sacerdotes como ao povo (cf. 19.27 e segs.; Dt 14.1). Mas ao sacerdote compete ser de exemplar conduta. Pode casar-se, mas com uma mulher virtuosa que não seja divorciada. A razão é sempre a mesma; é que ele só trata de coisas santas (7-8). Severamente punida será a filha do sacerdote, que porventura venha a prostituir-se.

b) Determinações especiais para o Sumo-Sacerdote (21.10-15).

Em face da santidade invulgar do Sumo-Sacerdote, as leis relativas à impureza devem ter outra rigidez que aos demais sacerdotes não era exigida. É que ele é o único consagrado a Deus dum modo especial com o óleo sagrado que lhe ungiu a fronte. É ele o único que utiliza os mais sagrados vestidos, que o impedem de se macular, contatando com os cadáveres, sem qualquer exceção. É ele, ainda, que não deve abandonar o Santuário, (12) que deve desposar uma donzela virgem escolhida entre as de seu povo, quer dizer, uma autêntica filha de Israel.

E não profanará (15), isto é, tornará os seus descendentes dignos do santo ministério, ao desposar essa digna filha de seu povo.

c) Efeitos da deformidade física (21.16-24).

Como os animais oferecidos em sacrifícios não deviam possuir qualquer imperfeição física, assim os sacerdotes que os ofereciam. Aqueles, porém, que estavam afastados das cerimônias do culto no altar do Senhor podiam participar da porção do sacerdote. Fala-se então das deformidades físicas, quer por deficiência, quer por excesso como por exemplo, seis dedos em vez de cinco. Constituía ainda grave impedimento a impotência sexual por castração (Dt 23.1; cf. Is 61.3 ss.).

Levítico 22

d) A profanação impede o sacerdote de tocar nas coisas santas (22.1-16).

Enquanto separados para digna e santamente servirem no santuário, estavam os sacerdotes sujeitos às mesmas impurezas que os leigos. Além dos defeitos físicos, podia ainda o sacerdote contrair a lepra ou outra qualquer impureza de caráter sexual, bem como a possibilidade de contactar com objetos também impuros, que o obrigavam a constantes purificações para poder tocar nas coisas santas relacionadas com o culto. As razões já foram profusamente expostas. Cf. Hb 5.2; 7.28. Há, no entanto, uma distinção a fazer entre a família do sacerdote e seus servos por um lado, e o estranho e o jornaleiro por outro (10-11). Estes, embora pertencentes à família do sacerdote, não tinham qualquer direito a participar das coisas santas. Quanto à viúva, que sem filhos voltava à casa paterna, a lei considerava-a novamente como membro da família. Quando erradamente alguém levava à boca coisa santa, devia devolvê-la e sobre ela acrescentar a quinta parte, tal como no caso da oferta pela culpa.

e) Diretrizes para a oferta dos sacrifícios (22.17-33).

Tanto os sacerdotes como os leigos, incluindo os estrangeiros (18) só deviam oferecer vítimas **sem mancha** (19). Cf. Êx 12.5 nota. O essencial é que fosse "segundo a sua vontade" (19) para que fosse aceita (20; cf. 1.3). Se qualquer exceção se podia abrir, era para as ofertas voluntárias (23). O verso 24 alude à castração dos animais, considerada também proibida na terra de Israel. Esta era a opinião de Josefo (**Antig**. 4.8 e 40), mas pode entender-se que tal exigência só se fazia para os animais rigorosamente destinados ao sacrifício. A determinação de que o animal devia estar **sete dias debaixo de sua mãe** (27) quer significar que durante esse período não tinha o animal existência independente (compare-se com a lei da circuncisão em Gn 17.12). A lei que proíbe a degolação da mãe e filho no mesmo dia (28) lembra a proibição de cozer o cabrito no leite de sua mãe (Êx 23.19; 34.26; Dt 14.21). Em princípio parece que ambas estas leis tendem no fundo a comover os israelitas para não separarem as famílias com requintes de crueldade, mesmo que se trate de animais. Tais atos talvez agradassem a Moloque, mas não ao

Deus de Israel. Cf. a nota sobre Dt 14.21. Os vv. 29-30 determinam que o sacrifício de ação de graças fosse consumido no mesmo dia. Cf. 7.15 nota. Todos estes mandamentos apresentam a mesma confirmação: **Eu sou o Senhor**. E transgredir era o mesmo que **profanar o Seu santo Nome**. Embora muito diversos, todos eles tendem a demonstrar que o Senhor quer governar em Israel, orientando a vida do Seu Povo e dos Seus sacerdotes em todos os aspectos e pormenores.

Levítico 23

VIII. AS FESTAS SAGRADAS 23.1-44

O presente capítulo serve para nos oferecer uma lista das reuniões ou encontros a que o texto sagrado chama "santas convocações" (2). As principais versões ora apresentam o termo **mo'edh** (festa), ora **hag** no sentido de solenidade, tendo ainda a primeira idéia de reunião ou encontro. O verso 4 resume as duas idéias: **Estas são as solenidade do Senhor, as santas convocações, que convocareis no seu tempo designado**. O termo **hag** implica mais o júbilo e a alegria do povo, ao passo que **convocações** supõe a reunião do mesmo ao som das trombetas de prata (Nm 10.1-10).

a) O Sábado (23.3).

Deus descansou no sétimo dia, refere o Gênesis (Gn 2.3); e mais tarde nos fornece indicações de se guardar uma semana de sete dias (Gn 29.27). De resto, o número sete parece que tinha algo de sagrado (cf. Nm 23.1). Mas é só em relação com o Maná que mais evidente se torna a santidade deste dia, como dia de descanso para Israel (Êx 16.5,22-30), pois a distribuição da dupla ração ao sexto dia evitava aos israelitas a necessidade de trabalhar ao sétimo. E assim como Deus descansara após os seis dias da criação, também ao sétimo repousava, não distribuindo o Maná celeste ao seu Povo. Quase as mesmas palavras descrevem um e outro acontecimento: é o "sábado do descanso solene" (**shabbath shabbathon**). Tanto aqui, como em Êxodo (Êx 20.9) e em

Deuteronômio (Dt 5.13), a determinação para trabalhar nos seis dias acaba sempre por designar o descanso ao sétimo. Quem trabalhasse nos dias úteis tinha direito a repousar no dia do Senhor. Mas é de notar que o descanso deste dia era mais completo que o dos outros dias de festa em que se proibia apenas a **obra servil** (vv. 7-8,21,25,35-36), ou seja, o negócio ou o trabalho manual, mas não a preparação dos alimentos. Por conseqüência, enquanto o Sábado era uma "santa convocação", diferia das outras festas precisamente neste aspecto, bem como pelo fato de ser celebrado semanalmente, ao passo que estas eram anuais. Chegamos, pois, à conclusão de que o Sábado, celebrado regularmente todas as semanas, era um dia mais sagrado do que qualquer uma das outras festas. Ainda hoje na história da Igreja se verifica uma certa tendência para frisar a importância de certas ocasiões especiais e, por outro lado, descurar a celebração do dia do Senhor, o primeiro da semana, que é o único dia santo expressamente determinado pelo Novo Testamento. Cf. a nota sobre Dt 5.12 e segs.

b) A Páscoa e a Festa dos Pães Asmos (23.4-8).

Diferindo o Sábado de todas as outras solenidades em muitos e variados aspectos, facilmente se explica por que se encontre separado delas pelo v. 4, que serve, por assim dizer, de introdução a todas as festas anuais. Cf. Êx 23.14-17; Dt 16. Antes de qualquer outra, destaca-se a Páscoa (5), nada mais se acrescentando ao que fora dito quando da sua instituição. Cf. Êx 12. O mesmo se diz da Festa dos Pães Asmos, tão intimamente ligada à Páscoa (6-8). Cf. Nm 28.16-25, onde outros pormenores determinam melhor o ritual desta solenidade.

c) A Festa das Primícias (23.9-14).

É esta a terceira das quatro leis (cf. 14.34; 19.23; 25.2) relativas à futura ocupação da Terra Prometida.

Um molho de primícias (10). Em hebraico **'omer** (cf. Dt 24.19; Rt 2.7,15) que servia para apresentar como "oferta de movimento" (9.21;

14.12,24). Já que a mesma palavra **'omer** ou **gômer** (Êx 16.16 e segs.), no sentido de medida, era a décima parte do efa (Êx 16.36), o molho devia conter o grão suficiente para uma oferta de cereal (farinha de cevada), que se colhia duas ou três semanas antes do trigo.

Dois sentidos pode ter a palavra "Sábado" naquela expressão do verso 11: **ao dia seguinte do sábado**. Ou significa o sábado vulgar celebrado semanalmente, ou a Páscoa anual como dia de santa convocação, que era precedida por uma semana de pães asmos. Os fariseus optavam pela primeira opinião, os saduceus pela segunda. Esta oferta do molho era acompanhada de holocaustos e outras ofertas de comidas e bebidas (12-13), mas no último caso duas vezes mais que o usual.

Pela primeira vez no Levítico faz-se aqui alusão à oferta de bebidas, tal como em Êx 21.38-42 a propósito do holocausto contínuo. E como explicar o silêncio dos caps. 1-7 a tal respeito? Não descrevem eles, em pormenor, os principais sacrifícios da Antiga Aliança? Apenas se poderá responder que o fato de tantas vezes se mencionarem as bebidas em conexão com os sacrifícios das festas, talvez possa significar que em ocasiões vulgares os sacrifícios particulares se tornavam dispensáveis. Mas em presença de Nm 6.17; 15.1-12 parece-nos não ser plausível esta opinião. Parece que não era uma oferta independente sob a lei, mas acompanhava a oferta de farinha ou cereal, motivo por que não encontramos qualquer alusão à oferta de bebidas nos caps. 1-7. Talvez possamos ainda supor, que só depois da entrada do povo na Terra Prometida se fizessem tais ofertas (23.19); mas, em tal caso, como explicar o holocausto contínuo, não mencionado em Levítico, mas já profusamente descrito em Êx 29.38-42?

A oferta das primícias simbolizava a consagração a Deus de todas as colheitas, e só depois dessa oferta era permitido ao povo comer os seus frutos e cereais, para com eles se sustentarem (14). É uma lei cujo significado só será devidamente compreendido à luz do Novo Testamento. A ela se alude, quando se fala dos Cristãos gentios (Rm

8.23), dos antepassados dos judeus (Rm 11.16), dos primeiros cristãos fiéis (Rm 16.5) e finalmente de Cristo, como primícias dos que dormem (1Co 15.20,23). Cf. 1Co 16.15; Tg 1.18; Ap 14.4.

d) A Festa das Semanas (23.15-22).

O fato de não ser esta solenidade precedida das palavras "E o Senhor falou a Moisés dizendo"... leva-nos à conclusão de que o Pentecostes (**shabhu 'oth**) era uma continuação ou complemento da Páscoa. O Talmude chama-lhe **'asarta** (cf. 23.36, onde se emprega este vocábulo a propósito do oitavo dia da festa dos tabernáculos e é traduzido também por "santa convocação"). Passadas sete semanas a contar do sábado da oferta das primícias, procedia-se a nova oferta, desta vez de dois pães de farinha levedada, como primícias ao Senhor (17). Como todo o pão dos israelitas era levedado, esta cerimônia simbolizava a consagração do alimento diário do povo ao Senhor de todas as coisas. E com a descrição das colheitas do trigo, terminavam as cerimônias da Festa das Semanas, deixando, todavia, no campo "para o pobre e para o estrangeiro" (22) algumas espigas que porventura tivessem esquecido. Cf. 19.9; Dt 16.9-12 nota.

e) As festas do sétimo mês (23.23-44).

Atendendo à santidade do número sete, não admira que ao sétimo mês se celebrassem cerimônias especiais: a Festa das Trombetas, o Dia da Expiação e a Festa dos Tabernáculos.

1. A FESTA DAS TROMBETAS (23.24-25). O toque da trombeta no primeiro dia do mês atraía a atenção para esta importante estação do ano, quando nos campos terminavam as fainas agrícolas, marcadas pelos dois maiores acontecimentos do ano. Embora resumidamente, diz-se que nesta festa haveria "descanso" por ser a "memória" de jubilação e "santa convocação" (24). Segundo a tradição judaica, a trombeta utilizada nesta altura não era de prata (Nm 10.2-10), mas um simples chifre de carneiro (**shophar**) próprio das ocasiões solenes, como por exemplo, de

proclamação do Ano do Jubileu. Cf. Js 6 nota. Nenhuma obra servil era permitida, mas também não faltavam os sacrifícios ao Senhor (25). Quanto a este toque de trombeta, podemos talvez dar-lhe duas interpretações: Deus lembra ao povo a obrigação de se preparar para as solenidade deste mês, e por outro lado é o povo a lembrar a Deus a aliança que fez com eles e os benefícios por Ele dispensados a todo o Povo escolhido. No hebraico não aparece a palavra "trombeta". Apenas **teru'ah**, que significa "gritaria" ou jubilação do povo; ou também podia significar "som de trombeta". Este dia, o primeiro de Tisri, é tido pelos judeus como o primeiro dia do ano (**rosh hashshanah**), o primeiro do ano civil ou "dia de ano novo".

2. O DIA DA EXPIAÇÃO (23.26-32). A presente solenidade, largamente descrita no capítulo 16, quando se aludiu às obrigações de Arão e aos sacrifícios a efetuar, limita-se agora a considerar as obrigações do povo (26-32). Seria um "sábado de descanso" (32). (Em hebraico: **shabbath shabbathon**). Por isso cessava o trabalho e o povo "afligiria as suas almas" (27), sendo severamente punida a desobediência. Em Nm 29.7-11 trata-se especialmente das ofertas.

3. A FESTA DOS TABERNÁCULOS (23.33-44) Em muitos aspectos era uma festa semelhante à Páscoa ou à festa dos pães asmos. Vejamos: ambas eram, em princípio, festas históricas, lembrando uma o Êxodo, – a libertação do Egito e as circunstâncias em que se deu a viagem para a Terra da promissão, – e a outra a longa jornada através do deserto; ambas se prolongavam por um período de oito dias; ambas se relacionavam intimamente com a vida quotidiana e com a felicidade do povo, encontrando-se uma no princípio, outra no fim do ano agrícola. A única diferença notável a registrar é que nesta última não era exigido o pão asmo. Mais pormenores, sobretudo relativos às ofertas, podem encontrar-se no livro de Nm 29.12-38, que dá a lista das mesmas por cada dia. Em holocausto ofereciam-se bezerros, carneiros e cordeiros. Para cada um dos sete dias havia dois carneiros e catorze cordeiros. Quanto aos bezerros, começavam em treze e eram gradualmente

reduzidos até sete, perfazendo um total de setenta, ou seja uma média de dez por dia. Ao oitavo dia oferecia-se um bezerro, um carneiro e sete cordeiros. Em cada um dos oito dias a oferta pelo pecado exigia apenas um bode. Cada holocausto era acompanhado por sua oferta de manjares e pela sua oferta de bebidas. É notável que o número de bezerros diminuía de dia para dia.

Todas estas solenidade resumem-se em poucas palavras semelhantes, ao verso 4, seguindo-se uma nova lei relativa à Festa dos Tabernáculos. O povo iria viver em tendas durante sete dias, para que as suas gerações soubessem que o Senhor "fez habitar os filhos de Israel em tendas" (43), quando os libertou dos egípcios. Seria motivo de grande alegria "perante o Senhor" (40). Assim às horas de luto e tristeza do dia da expiação seguiam-se momentos alegres nestes dias da **Festa dos Tabernáculos** (34). Apenas aqui e em Gn 33.17 aparece o termo **sukkoth**, "tendas" (lit. "barraca" ou "choupana" cf. 42-43). O que convém é frisar o caráter temporário das habitações do povo durante a travessia do deserto. Por isso Isaías compara Jerusalém a uma cabana (ou tenda) numa vinha (1.8), tal era a pobreza da morada da Filha de Sião. Será desnecessário acrescentar que a palavra "tabernáculos" nada tem de comum com a palavra "tabernáculo" no sentido de santuário ao Senhor; as palavras são completamente distintas. Cf. 2Cr 8.13; Ed 3.4; Ne 8.13-18; Zc 14.16-19. Enquanto estas festividades eram periódicas e apropriadas a um povo que vivia da agricultura, a importância dada aos acontecimentos tem a finalidade de conservar viva na mente do povo a libertação do Egito nos seus diferentes aspectos.

Levítico 24

IX. O ÓLEO SANTO, OS BOLOS E O PECADO DA BLASFÊMIA (24.1-23)

a) O azeite para a lâmpada (24.1-4).

O azeite servia para iluminar, ungir e cozinhar os alimentos. Embora nestas três funções fosse usado no serviço do Tabernáculo, apenas se faz referência aqui a uma delas – à de iluminar. Para as lâmpadas do candelabro de ouro tinha o azeite de ser puro e batido (Êx 27.20), mas para ungir era misturado com especiarias (Êx 25.6; 35.8). O azeite foi uma das ofertas voluntárias do povo na altura em que se construía o Tabernáculo, e possivelmente daí em diante passou a ser considerado um costume. O cuidado das lâmpadas pertencia a Arão e aos filhos, conforme se diz em Êx 27.21.

Continuamente, desde a tarde até à manhã (3) são as palavras que dão a entender que as luzes deviam arder a noite inteira, sendo nelas colocado somente o azeite indispensável (1Sm 3.3). Veja-se a diferença apresentada em Êx 30.7 e segs. entre o acender e o apagar das lâmpadas, de que é fácil deduzir serem estas acesas à tarde com fogo do altar do holocausto. Contudo segundo alguns comentadores, a palavra "continuamente" (3) supõe que as lâmpadas ardiam de dia e de noite.

b) Os bolos (24.5-9).

Em Êx 35.23-30 deparamos com a descrição da mesa, onde era apresentado o pão, mas poucos pormenores se acrescentam. Agora, mais amplamente, se dão informações acerca desse pão, que formava com cerca de dois décimos dum efa de farinha (cerca de seis litros), talvez preparado com azeite, tal como a oferta de manjares ou cereal, e colocavam-se **em duas fileiras** (6), ou "arranjos". Daqui derivou a expressão "pão da proposição" tão encontrada nas crônicas e em Neemias. Cf. 2Cr 4.19; 13.11. Essas duas fileiras talvez queiram dizer pilhas, com seis bolos cada. Ao lado, ou em cima de cada pilha, encontrava-se uma pequena vasilha ou uma simples colher de incenso, que segundo a tradição era depois queimado no altar do holocausto, juntamente com as ofertas de azeite e vinho, no fim dos sete dias, quando o pão era tirado da **presença do Senhor** e consumido pelos sacerdotes. Cf. Êx 25.30; 35.13; 39.36. A intercalação destas duas leis entre os caps.

23 e 25, tão intimamente ligados, deve ser originada pelo fato de se frisar que estes e outros rituais são inteiramente independentes e não prejudicados pelas festas anuais e outras solenidade, como as que acima foram descritas.

c) O pecado da blasfêmia e os crimes de violência (24.10-23).

O breve episódio recordado nos vv. 10-16 pode ter ocorrido entre as revelações que seguem e precedem esse episódio (cf. Dt 4.41-49; Nm 15.32-36 para casos semelhantes). Esse meio-israelita fazia parte provavelmente daquela "mistura de gente" de que fala o Êx 12--38.

Apareceu... no meio dos filhos de Israel (10). Não indica que tivesse vindo do exterior mas, com certeza, que saiu da casa e meteu-se numa embrulhada e foi tal o seu atrevimento, que não receou profanar um filho de Israel. Cita-se o nome da mãe, para provar que a ela devia a sua presença no arraial. O pai talvez já tivesse morrido, e desconhece-se em absoluto o seu nome. A nós, Cristãos, o que mais interessa é a moralidade, não a pessoa, que nos faz ver neste episódio uma transgressão formal do terceiro mandamento, que aliás não designa o gênero de punição a dar aos transgressores. Por isso foi posto em guarda o filho do egípcio "até que se lhes fizesse declaração pela boca do Senhor" (12).

A resposta (cf. Nm 7.89), trata da situação atual, mas não há dúvida que se mantém o princípio de que em tal matéria entre estrangeiros e naturais não há qualquer distinção (22). Note-se, no entanto, que a blasfêmia vem aqui expressa a par de crimes de natureza violenta, tais como o homicídio e os ferimentos corporais, precisamente para frisar a enormidade do pecado cometido apenas com os lábios. Também poderia supor-se que a blasfêmia é um ato violento e prejudica gravemente aquele contra quem é dirigida (cf. Êx 21.22; Dt 25.11). Pelo menos é evidente que estas leis, já exaradas em Êx 21.12,23-36, repetem-se aqui, sobretudo com a finalidade de aplicar a todos os homens as leis relativas à blasfêmia e a outras ofensas graves.

Com respeito a esta **lei de talião**, notemos: primeiramente, que é uma lei de justiça exata e não de vingança; em segundo lugar, que não era justiça privada, mas pública; e em terceiro lugar, que excluindo o homicida dos crimes que é possível resgatar (Nm 35.31 e segs.), admite a possibilidade da compensação, normalmente permitida a certas injúrias ou então substituída por uma multa. A objeção de que "não há na história judaica exemplo da lei de represália, de forma a tomarmos à letra o aforismo bíblico – olho por olho, dente por dente" pode ser ou não justificada, embora a mutilação do corpo seja contrária ao espírito da Lei de Moisés. Durante séculos, em muitos países cristãos, a tortura e a mutilação eram muitas vezes praticadas continuamente mesmo sendo contrárias ao espírito e à letra da Lei de Moisés, e o castigo era, não raramente, desproporcional à ofensa.

Este episódio serve para nos lembrar a gravidade do pecado da profanação, que é um dos maiores males que afligem a humanidade inteira.

Levítico 25

X. O ANO SABÁTICO E O ANO DO JUBILEU 25.1-55

a) O Ano Sabático (25.1-7).

O princípio do descanso semanal foi já tratado no cap. 23, relacionado com as festas anuais, e aí se deu especial relevo a esse princípio, que agora se desenvolve a propósito do Ano Sabático e do Jubileu. Na lei do descanso sabático, aplicava-se o princípio a todos os seres humanos, quer fossem livres ou não, e até aos animais domésticos (Êx 20.10), como ao boi, ao burro, ao gado, aos animais de carga (Dt 5.14), e ainda ao estrangeiro ou viajante. Agora esse principio é extensivo à própria terra. De sete em sete anos "haveria sábado de descanso para a terra" (4) (shabbath shabbathon), e eram excluídas as colheitas e as sementeiras. Deixada assim a terra em repouso, o que nascesse espontaneamente seria pertença do senhor ou do servo, do

jornaleiro ou do estrangeiro, ou mesmo do gado. Como não era produto do esforço humano, a todos pertencia. De resto há a promessa de que a colheita do sexto ano, orientada e abençoada por Deus, seria mais que suficiente para este período de descanso (18-22). É a lei do maná em larga escala (Êx 16.22), a fazer ver que "a novidade do sábado" (6), diferente dos restos do ano vulgar que se destinavam às viúvas e aos órfãos, supriria todas as necessidades de cada um dos israelitas (cf. Êx 16.17 e segs.). Em conformidade com Dt 31.10, este ano não devia passar-se na ociosidade ou na prática do mal, mas no ensino e no estudo da Lei de Deus.

b) O Jubileu (25.8-55).

1. COMO OBSERVÁ-LO (25.8-22). O qüinquagésimo ano é cuidadosamente definido como o seguinte a sete anos sabáticos (8), sendo anunciado por toda a parte ao som da trombeta no dia da expiação desse qüinquagésimo ano (9). A trombeta era um chifre (**qeren**) de carneiro (cf. Js 6.4 e segs.). Por conseguinte, o vocábulo "jubileu" derivou de **yobhel**, "carneiro" em hebraico. Mais tarde associaram-se as idéias, tornando-se jubileu sinônimo de trombeta. Em Êx 19.13,19, ainda se usam as duas palavras. A mesma lei relativa às colheitas e às sementeiras aplicava-se a este ano, tal como a todos os anos sabáticos que o precediam; e, como começava no outono, era legítimo que o mesmo sucedesse com os anos sabáticos. Era o ano da liberdade, do regresso à possessão de cada um e ao seio da sua família (10). Este regresso à normalidade, como poderíamos chamar-lhe, assentaria numa base rigorosamente eqüitativa (14-17). As compras e as vendas eram reguladas pela aproximação do ano do Jubileu.

E se disserdes: **Que comeremos no ano sétimo?** (20). Deus admite que pudessem vir a ser levantadas objeções, mas sem qualquer fundamento. Ele promete enviar a Sua bênção sobre o povo no sexto ano. Também tem em vista o problema maior do ano do jubileu que

seguia o ano sabático. Nota-se **por três anos** (21) e **oitavo** e **nono** anos (22).

2. A LEI DA REDENÇÃO (25.23-34). O princípio que abrange a lei da redenção é que a terra pertence a Deus, e não a qualquer dos mortais, que no fim de contas não passam de **estrangeiros e peregrinos** (23), mordomos das terras que lhes são confiadas, rendeiros temporários das propriedades do Senhor. Cf. Êx 22.21 nota; Dt 10.19 nota. O resgate da terra (25-28) podia ser feito por um parente (25), pelo próprio dono (26 e segs.) ou apoderar-se dela automaticamente no ano do Jubileu, exceção feita para a "casa de moradia em cidade murada" (29), que só podia ser resgatada dentro do ano da venda, pelo fato de não ter qualquer relação com a terra ou com as culturas. Por outro lado, as casas das aldeias eram consideradas como o "campo da terra", talvez por nelas morarem os lavradores e os pastores (31). Para os bens dos levitas haveria um privilégio muito especial (32-34).

3. COMO TRATAR OS POBRES, OS ESTRANGEIROS E OS PEREGRINOS (25.35-55). É de frisar a diferença entre quando **teu irmão** (vv. 25,35,39,47) e **vossos irmãos, os filhos de Israel** (46). O respeito pelo estrangeiro (cf. 19.34; Dt 10.18) não queria dizer que se não fizesse distinção entre ele e o verdadeiro irmão israelita. Insistia-se apenas na posição do israelita, que era completamente diversa da de qualquer outro. Os empréstimos deviam ser feitos sem interesse, sem qualquer espécie de usura (cf. Êx 22.25 nota; Dt 23.19 nota). Se um israelita se vendesse a si próprio, não devia ser tido como escravo, mas simples servo assalariado, a quem se devia tratar com a máxima deferência, e no ano do jubileu seria libertado, se este fosse celebrado antes de terminados os seis anos de serviço (Êx 21.2-4; Dt 15.12 e segs.).

A lei da libertação dos servos não era aplicada aos estrangeiros, que deviam ser tratados como escravos incapazes de beneficiarem da redenção (44-46). Mas as leis da redenção estendiam-se ao caso do que se vendesse a si próprio a um estranho ou a um peregrino, o qual, como se disse, teria de obedecer às prescrições da Lei, ou, pelo menos, não as

transgredir. Em tais circunstâncias o israelita podia ser remido ou simplesmente ser posto em liberdade no ano do jubileu, e nunca tratado com severidade (47-54). A razão para esta diferença está em que os israelitas eram servos do Senhor, por Ele libertados da escravidão humana, sobretudo das mãos dos egípcios (35).

Levítico 26

XI. BÊNÇÃOS E MALDIÇÕES (26.1-46)

A importância que devia ser dada ao cumprimento da Lei, pormenorizadamente expressa e apresentada ao povo e aos sacerdotes, vem resumida no Dt 30.15 com as seguintes palavras: "Vês aqui, hoje te tenho proposto a vida, e o bem, e a morte, e o mal". Cf. Lv 18.5. E não se faz qualquer alusão às solenidade a celebrar em Siquém (cf. Dt 11.26-29; 27.4 e segs.; Js 8.30-35). Mas deste passo, como aliás noutros, os mandamentos, promessas e ameaças, são proferidos com mais simplicidade. É o Senhor que fala através de Moisés, mas dirige-se diretamente ao povo na primeira pessoa (note-se com que freqüência surge o pronome "Eu") e ainda sem qualquer frase a servir de introdução. Veja-se Dt cap. 27--28 onde Moisés fala em nome do Senhor. O abandono da idolatria, a guarda do sábado e o respeito pelo Santuário do Senhor (1-2) serviam de base às novas leis a serem observadas por todo o bom israelita.

a) Bênçãos como prêmio da obediência (26.3-13).

Estas bênçãos são apenas uma ampliação da promessa de Êx 19.5 e segs., apresentadas sob a forma de prosperidade e de paz, como recompensa pela obediência a Deus: Chuva e fartura para as terras; colheitas tão abundantes, que exigiam meses de trabalho. E acima de tudo, a paz, pois nem os homens nem os animais perturbariam o Povo eleito, para quem o Senhor olharia (9) sem se enfadar (11), tabernaculando no meio dele. Não que Israel o mereça, mas o amor de Deus é sem limites.

E andarei no meio de vós (12). Quem não se lembra de Gn 3.8? A terra de Canaã seria um outro jardim do Éden, porque o Deus do Éden habitaria com o Seu Povo, depois de o ter libertado do Egito num gesto de amor e onipotência sem par. Em todo o Velho Testamento se alude a esse gesto magnânimo de Jeová, a quem o povo pertence como filho muito querido.

b) Castigos pela desobediência (26.14-45).

1. A DESCRIÇÃO DAS CALAMIDADES (26.14-33). É curioso observar que se atribui maior importância às calamidades e aos males que se ameaçam, do que propriamente às bênçãos que se concedem. Só o temor muitas vezes leva o homem a fugir do pecado, como sabemos. Daí as ameaças.

Mas se me não ouvirdes (14). Depois do único "se" que se relaciona à desobediência, segue-se agora o contraste dos muitos "ses" e "se nãos" da desobediência (vs. 14-15,18,21,23,27). Assim como o verbo "ouvir" implica obediência, assim o não ouvir supõe desprezo e desobediência. **Contrariamente** (usada sete vezes) é a palavra que sugere essa idéia de transgredir as ordens do Senhor (cf. Am 3.3). Salienta-se a idéia de reciprocidade do início até o fim. Deus recompensará a Israel segundo o que ela demanda.

São quatro as calamidades anunciadas: a peste (16), a fome (19), as feras (22) e a espada, como símbolo da guerra e da desolação que dela resulta (25-39). Que contraste flagrante com os prêmios da obediência! Comparem-se os vv. 7-8 com 17 ou 36-38! Quatro vezes aparece a palavra sete (vv. 18,21,24,28) na expressão **sete vezes**, talvez com mais propriedade "o sétuplo", indicando intensidade e não duração de tempo. Jeremias e Ezequiel parecem ter tido este capítulo bem na mente. Jeremias fala também em quatro castigos (15.3 e segs.). Cf. Ez 14.12-21. Ambos estes profetas aludem também ao flagelo da guerra. A última das ameaças é a confusão e a dispersão do povo: **E vos espalharei entre as nações** (33).

2. O AUGE DA DESOLAÇÃO (26.34-39).

Então a terra folgará nos seus sábados (34), enquanto Israel estivesse no exílio. Cf. 2Cr 36.21 onde aparece a mesma expressão em referência ao cativeiro da Babilônia. Não quer isto dizer que não tivessem sido observados, exatamente, os setenta anos sabáticos, que decorreram entre a conquista e o cativeiro, correspondentes aos setenta anos de cativeiro. O que se pretende é frisar que a lei de Moisés é intransigente no que respeita à guarda do sábado. Isaías, Jeremias e Ezequiel censuraram Israel por esse crime (por exemplo, Jr 17.19-27), sem se referirem expressamente ao ano sabático. Nem Jeremias representa os setenta anos como um sábado para a terra (cf. Jr 25.8-11; 27.6-8; 29.10). **A espada** supõe "a vingança" da aliança, o que sugere "a ira do Cordeiro" (Ap 6.16).

3. CONCLUSÃO: CONFISSÃO DOS PECADOS (26.40-45). O verso 40 afirma categoricamente: E confessarão, e um novo "se" apenas aparece a meio do verso seguinte: **se então o seu coração incircunciso se humilhar** (41). Em presença do castigo, se o povo viesse a conhecer que foi Deus quem o libertou do mal e "tomar por bem o castigo da sua iniqüidade" (41), então o Senhor lembrar-se-ia da aliança que fez com os seus antepassados (42), implicando que lhe seria restituída a Terra Prometida (um elemento principal nas promessas da aliança. Cf. Dt 30.1-5). O verso 46 conclui este grupo de leis, acentuando que tinham sido outorgadas a Israel, no monte Sinai, através de Moisés (cf. 7.38).

Levítico 27

XII. VOTOS PARTICULARES E DÍZIMOS (27.1-34)

Já mais de uma vez se mencionou neste livro o assunto dos votos e das ofertas voluntárias, ao falar-se dos sacrifícios (cf. 7.16; 22.18-23; 23.38). Agora, porém, trata-se das ofertas "santificadas" (**corban**), que não eram levadas à conta de sacrifício, e que podiam abranger pessoas, animais, casas e campos. Repare-se que nem sempre há mudança de propriedade, não obstante a palavra "avaliação" que aparece cerca de

vinte vezes e que já encontramos relacionada com a oferta pela culpa, exigindo um aumento de um quinto ao valor estimativo da propriedade a restaurar (15 e segs.). Aqui, ora é aplicada às pessoas, ora às propriedades.

Tratando-se de pessoas (2-8), a avaliação dependia do sexo e da idade. Admite-se a hipótese de poder cada um oferecer-se a si ou à sua família em sacrifício ao Senhor, variando a avaliação entre três e cinqüenta siclos. A redenção é feita através de pagamento em dinheiro, como se depreende do verso 8. Por isso, se alguém fosse avaliado em cinqüenta siclos e não tivesse possibilidades de pagar, seria o sacerdote a resolver a questão. Tratando-se de animais, recorrer-se-ia, de início, a uma distinção entre os puros e os impuros, que não serviam para os sacrifícios (9-13). Aqueles seriam propriedade do Senhor, e não poderiam ser remidos pelo dono, embora o sacerdote os pudesse vender, mas não ao primitivo proprietário. Quanto aos outros, o dono poderia remi-los, pagando um quinto mais do que a sua avaliação. Se fosse uma casa (14-15) aplicar-se-ia o mesmo princípio, quer dizer, o proprietário podia remi-la mediante o adicional de um quinto.

No caso dum campo (16-25) a dificuldade era maior, sobretudo se surgiam complicações por causa do jubileu. Mas, mesmo assim, o proprietário podia resgatá-lo com o adicional de um quinto. A avaliação devia ser feita à base da semente do campo, o que constituía um processo relativamente fácil de determinar o seu valor numa comunidade agrícola. Se alguém deixasse de remir o campo que lhe pertencia, ou o vendesse (às ocultas) depois de ter feito voto dele, quando chegasse o ano do jubileu, perderia todos os direitos a favor dos sacerdotes. O valor dum campo que se comprasse devia ser calculado em razão da proximidade do jubileu, desde que voltasse ao seu primitivo proprietário. Neste capítulo (25), e três vezes mais no Pentateuco (Êx 30.13; Nm 3.47; 18.16) se diz que o siclo do santuário contém vinte geras.

Os primogênitos (26-27) pertenciam ao Senhor (cf. Êx 13.2,12; Dt 15.19-23), por isso não podiam ser dedicados ou oferecidos, exceto os

dos animais impuros, que se resgatavam com o pagamento de mais um quinto da sua avaliação. Se não se resgatassem, podiam ser vendidos (cf. Êx 13.13).

Só não havia resgate possível para as pessoas ou coisas "consagradas" ou "banidas" (28-29), sendo aquelas mesmo condenadas à morte. Nada, portanto, podia ser resgatado ou vendido, sob pena de ser proscrito e separado da comunidade, ou mesmo assassinado. Tenhamos em conta a terrível proscrição (herem) que foi proclamada contra Amaleque, Jericó e Acã. Cf. Dt 2.34 nota. Todavia não era qualquer que se arrogava a autoridade de ser juiz em tais questões, mas só quem de direito podia proferir tais sentenças, dimanadas de Deus através do Seu servo Moisés ou doutros chefes legitimamente constituídos (Cf. Js 6.17-19).

Os vv. 30-33 tratam dos dízimos. A décima parte do rendimento dos campos, das árvores, dos rebanhos e do gado ao Senhor pertenceria, podendo, todavia, ser resgatada uma parte mediante o adicional de um quinto, exceto para os animais. Cf. Dt cap. 12 e 14. A aparente divergência entre Levítico e Deuteronômio era harmonizada pelos rabis, que distinguiam três espécies de dízimos: o primeiro, o segundo e o terceiro, também chamado "dízimo dos pobres".

Quanto à conclusão, o verso 34 é mais breve e mais vago que o de 26.46. Deve, pois, ser considerado como conclusão do capítulo 27 e não do livro inteiro. Mesmo assim, não deixa de estar de acordo com a idéia geral do Levítico, que abrange as leis concedidas a Moisés no monte Sinai, destinadas ao povo de Israel.

Oswald T. Allis.